

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
CURSO DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Barbara Predebon Nogara

**COMUNICAÇÃO GOVERNAMENTAL:
AS ESTRATÉGIAS DO DISCURSO POLÍTICO DISPOSTAS NO SITE
DO PALÁCIO DO PLANALTO REFERENTE À PEC 241/55**

Santa Maria, RS
Novembro de 2017

Barbara Predebon Nogara

**COMUNICAÇÃO GOVERNAMENTAL:
AS ESTRATÉGIAS DO DISCURSO POLÍTICO DISPOSTAS NO SITE DO PALÁCIO
DO PLANALTO REFERENTE À PEC 241/55**

Monografia apresentada ao Curso de Comunicação Social- Relações Públicas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Comunicação Social – Relações Públicas**.

Orientador: Rejane de Oliveira Pozobon

Santa Maria, RS
2017

Barbara Predebon Nogara

**COMUNICAÇÃO GOVERNAMENTAL:
AS ESTRATÉGIAS DO DISCURSO POLÍTICO DISPOSTAS NO SITE DO PALÁCIO
DO PLANALTO REFERENTE À PEC 241/55**

Monografia apresentada ao Curso de Comunicação Social- Relações Públicas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Comunicação Social – Relações Públicas**.

Aprovado em 12 de dezembro de 2017:

Rejane de Oliveira Pozobon, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Aline Roes Dalmolin, Dra. (UFSM)
(2º membro)

Marizandra Rutilli, Doutoranda (UFSM)
(3º membro)

Adriana Domingues Garcia, Doutoranda (UFSM)
(Membro suplente)

Santa Maria, RS
2017

AGRADECIMENTOS

Antes de mais nada à Deus, por ter me conferido as condições físicas e mentais necessárias para percorrer esses quatro - árduos e desafiadores - anos de curso.

À minha família, por sempre priorizar os meus estudos, não permitindo a ausência das circunstâncias básicas para a conclusão desse trajeto.

Lembrete especial à turma de domingo, símbolo de descontração e bem-estar para mim: mãe Rosilene, vó Placídia, tia Luizita, Tia Marli e prima Daniela; e às estrelas que me guiam: vó Niura e vovôs Galdino e Albino (*in memoriam*).

Aos colegas de curso, por terem sido meus aliados em diversos momentos, contribuindo para meu crescimento profissional e fazendo com que eu enxergasse além, em especial às gurias que sempre me acompanharam.

Ao Programa de Educação Tutorial- Comunicação Social da UFSM- PETCom e a todos os colegas que dividiram experiências comigo nesse espaço, em dois anos, por terem feito de mim uma pessoa e futura profissional mais crítica, mais engajada com as causas sociais a minha volta e por terem dado um novo significado ao meu papel de comunicóloga nesse mundo.

Aos amigos que fiz no Colégio Politécnico da UFSM e ao significado que este período de tempo teve naquele momento em minha vida.

Aos professores e professoras da FACOS, por todos os ensinamentos e carinho transmitidos.

À minha orientadora Rejane, à sua metodologia de ensino e orientação e por ser esse exemplo de profissional: ética, atenciosa e compreensível.

Aos amigos e amigas, em especial ao “Bonde”, por sempre estarem juntos, me incentivando e me acolhendo nos momentos mais difíceis.

Ao Enrique, que trouxe luz a essa reta final, me mostrando os verdadeiros sentidos das palavras companheirismo, cumplicidade e compreensão.

À Universidade Federal de Santa Maria, como um todo, por ser referência no ensino que oferece e por permitir que pessoas como eu consigam ir em buscas dos seus sonhos.

RESUMO

COMUNICAÇÃO GOVERNAMENTAL: AS ESTRATÉGIAS DO DISCURSO POLÍTICO DISPOSTAS NO SITE DO PALÁCIO DO PLANALTO REFERENTE À PEC 241/55

Autora: Barbara Predebon Nogara
Orientadora: Rejane de Oliveira Pozobon

Sendo uma das vertentes da Comunicação Pública, a Comunicação Governamental atua na ação comunicativa entre o governo e a sociedade, prestando contas, monitorando a opinião pública e articulando discursos estratégicos para atingir os objetivos comunicacionais. Neste contexto, este trabalho tem como tema a comunicação governamental estratégica e limita-se a analisar as notícias veiculadas por um site a respeito de um Projeto de Emenda Constitucional (PEC). Foi escolhido como objeto de estudo as notícias do site do Palácio do Planalto referentes à PEC 241/55 de 2016, criada e promulgada no governo de Michel Temer. O corpus da pesquisa é composto por 34 notícias veiculadas no site do Palácio do Planalto entre os meses de setembro a dezembro de 2016. Busca-se responder a seguinte questão: quais são as estratégias do discurso político acionadas nas notícias do site do Palácio do Planalto sobre a PEC 241/55? O objetivo geral refere-se a analisar as estratégias do discurso político dispostas no site do Palácio do Planalto referente à PEC 241/55, enquanto que os específicos: 1) Mapear as notícias sobre a PEC 241/55 no site do Palácio do Planalto segundo critérios pré-estabelecidos; 2) Identificar as estratégias encontradas no período da entrada de Michel Temer na presidência até a promulgação da Emenda e 3) Propor uma reflexão acerca do conceito de Comunicação Governamental e do papel do profissional de Relações Públicas na construção dessas estratégias. O método de análise usado foi a Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011; FONSECA JR, 2005 e HERSCOVITZ, 2005). Como resultado da pesquisa foi possível observar uma grande preocupação por parte do governo em explicar a Emenda à população, bem como em convencê-la acerca dos benefícios que a mesma traria sempre frisando que áreas importantes como saúde e educação não seriam prejudicadas, mas que pelo contrário, passariam a ser privilegiadas com a nova Proposta. Para tanto, fez o uso de estratégias como palavras de promessa, enunciação e justificação.

Palavras-chave: Comunicação Governamental. Discurso político. PEC 241/55. Estratégias do discurso político. Michel Temer.

ABSTRACT

GOVERNMENTAL COMMUNICATION: THE POLITICAL SPEECH STRATEGIES PROVIDED ON THE PLANALTO PALACE SITE REGARDING PEC 241/55

Author: Barbara Predebon Nogara
Advisor: Rejane de Oliveira Pozobon

Being one of the slopes of the Public Communication, the Government Communication acts in the communicative action between the government and the society, accounting, monitoring the public opinion and articulating strategic speeches to reach the objectives communicational. In this context, this work has as theme the strategic government communication and it is limited to analyze the news transmitted by a site regarding of Constitutional Amendment (PEC). It was chosen as study object the news of site of the *Planalto do Palácio* regarding PEC 241/55 2016, maid and promulgated in Michel Temer government. The *corpus* of the research is composed by 34 news transmitted in the site of the *Planalto do Palácio* among the months of September to December of 2016. Is it looked for to answer the following subject: which are the strategies of the political speech worked in the news of the site of the *Planalto do Palácio* about PEC 241/55? The general objective refers to analyze the strategies of the political speech disposed in the site of the *Planalto do Palácio* regarding PEC 241/55, while the specific ones: 1) to map the news on PEC 241/55 in the site of the *Planalto do Palácio* according to pre-established criteria; 2) to identify the strategies found in the period of Michel Temer entrance in the presidency to the promulgation of the Constitutional Amendment and 3) to propose a reflection concerning the concept of Government Communication and of the professional's of Public Relationships paper in the construction of those strategies. The analysis method used was the Analysis of Content (BARDIN, 2011; FONSECA JR, 2005 and HERSCOVITZ 2005). As a result of the research it was possible to observe a great concern on the part of the government in explaining the Constitutional Amendment to the population, as well as in convincing her concerning the benefits that the same would always bring stressing that important areas as health and education would not be prejudiced, but that on the contrary, they would start to be privileged with the new Proposal. To do so, he made use of strategies as words of promise, enunciation and justification.

Keywords: Government Communication. Political Discourse. PEC. Strategies of the political speech. Michel Temer.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estratégias mapeadas e suas respectivas definições.....	48
Quadro 2 – Análise de conteúdo e acontecimento 1.....	52
Quadro 3 – Análise de conteúdo e acontecimento 2.....	53
Quadro 4 – Análise de conteúdo e acontecimento 3.....	60
Quadro 5 – Análise de conteúdo e acontecimento 4.....	66
Quadro 6 – Análise de conteúdo e acontecimentos 5 e 6.....	67
Quadro 7 – Estratégias mapeadas e acontecimento 1.....	72
Quadro 8 – Estratégias mapeadas e acontecimento 2.....	73
Quadro 9 – Estratégias mapeadas e acontecimento 3.....	83
Quadro 10 – Estratégias mapeadas e acontecimento 4.....	94
Quadro 11 – Estratégias mapeadas e acontecimentos 5 e 6.....	95

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
CAPÍTULO 1- COMUNICAÇÃO GOVERNAMENTAL.....	11
1.1 A HISTÓRIA DA COMUNICAÇÃO GOVERNAMENTAL NO BRASIL.....	11
1.2 AS ESTRATÉGIAS DO DISCURSO POLÍTICO.....	14
1.2.1 O que é ser estratégico?.....	14
1.2.2 O discurso político.....	17
1.2.3 As condições para as trocas discursivas.....	20
1.2.4 As estratégias do discurso político.....	22
1.2.4.1 <i>Espetacularização da política.....</i>	<i>26</i>
1.3 LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO.....	31
CAPÍTULO 2- PROCESSO METODOLÓGICO.....	34
2.1 PEC 241/55 E O SITE DO PALÁCIO DO PLANALTO.....	34
2.2 PEC 241/55 ENQUANTO ACONTECIMENTO POLÍTICO.....	35
2.3 ANÁLISE DE CONTEÚDO.....	40
2.3.1 História da análise de conteúdo.....	40
2.3.2 As etapas da análise de conteúdo.....	43
2.4 ADAPTAÇÃO METODOLÓGICA.....	46
CAPÍTULO 3- ANÁLISE E RESULTADOS.....	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	101

INTRODUÇÃO

Este é um trabalho de conclusão de curso que possui como tema a comunicação governamental estratégica e se limita a analisar as estratégias do discurso político veiculadas nas notícias no site do Palácio do Planalto a respeito do Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 241/55, de 2016, entre os meses de setembro e dezembro de 2016¹.

A escolha do tema foi ao encontro do interesse em me aprofundar em questões ligadas à comunicação e à política, o que culminou na entrada no Grupo de Pesquisa em Comunicação e Política, donde assuntos como a Comunicação Governamental são debatidos. Já a delimitação deste, as estratégias do discurso político, vai ao encontro com a vontade de descobrir como que um governo, mais especificamente o atual, de Michel Tmer, age por meio de seus discursos diante da implantação de novas propostas, desde a sua apresentação até a busca pelo apoio da população para uma Emenda tida como única no que diz respeito à conversão do cenário atual de crise em que vivemos. Ressalto ainda a relevância que estudos sobre as posições que os governos tomam, por meio de seus discursos, têm para as áreas em questão.

Além do mais, o conceito de estratégia está amplamente ligado com a atuação do profissional de Relações Públicas, sendo base para toda e qualquer ação por ele produzida e direcionada para as pessoas e ambientes que esta inserido.

O objetivo principal do trabalho é analisar as estratégias do discurso político dispostas nas notícias do site do Palácio do Planalto que se referem a PEC 241/55, de 2016, criada e promulgada pelo Governo de Michel Temer, nos meses entre setembro e dezembro de 2016. Vale lembrar que a criação desta Emenda foi desencadeada após o processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff. Ao assumir o cargo em 31 de agosto de 2016, Temer elabora uma série de propostas, todas tendo como propósito a retirada do Brasil da crise.

Assim sendo, nos empenhamos em responder a seguinte questão: quais são as estratégias do discurso político acionadas nas notícias do site do Palácio do Planalto sobre a PEC 241/55? Primeiramente, consideramos o importante papel da internet na mediação de diálogos entre governo e sociedade e o nível de credibilidade que ganhou nos últimos tempos, especialmente se ponderarmos sua capacidade de influência e expansão de conteúdos. Em seguida, vem a instabilidade que o próprio campo político nos oferece, fazendo-nos levar em consideração várias hipóteses.

¹ Até a entrega desta monografia, a Emenda já estava com sua tramitação encerrada no Senado e transformada em norma jurídica de nº 95.

Como o nome já expressa, Projeto de Emenda Constitucional é entendido como uma iniciativa que parte do governo e que visa alterar a Constituição Federal. Depois de aprovada na Câmara dos Deputados, as PECs passam a tramitar no Senado Federal, onde ocorrem outras votações, e por isso os textos ganham um novo nome, por motivos de organização interna da casa (PEC 241/55), porém mantendo exatamente o mesmo conteúdo antes aprovado pelos deputados.

Anunciada pelo Planalto como a solução para o descontrole nas contas públicas e como fórmula para que a iniciativa privada retome a confiança no Brasil e passe a investir, reativando a economia, essa Emenda foi aprovada de imediato por todas as votações que passou. Em suma, ela estabelece um teto para o crescimento dos gastos públicos durante 20 anos, podendo ser revisada depois de 10 anos. A proposta do governo é limitar esse crescimento apenas ao aumento da inflação. Por impactar em áreas vitais para a sociedade e por ser considerada pelo governo como uma medida salvadora, a PEC 241/55 foi o que norteou a busca pelo nosso objeto, as notícias do site.

A metodologia usada foi a Análise de Conteúdo, método de investigação que permite formularmos inferências que se adaptam ao contexto com base nos dados analisados, permitindo classificar o conteúdo em categorias segundo a forma como foi elaborado. Para a compreensão e aplicação do método foram acionados autores como Laurence Bardin (2011), Wilson Corrêa da Fonseca Jr. (2005) e Heloíza Herscovitz (2007).

O trabalho encontra-se dividido em três partes e os capítulos têm a função de apresentar conceitos e contextos a respeito dos termos Comunicação Governamental, discurso político, acontecimento político e das estratégias construídas nesse meio e do papel do Relações Públicas na Comunicação Governamental. O estudo e a reflexão sobre esses temas passam a ser fundamentais para o constante crescimento e aperfeiçoamento do profissional de Relações Públicas.

No primeiro capítulo, intitulado “Comunicação Governamental”, trouxemos o histórico do conceito, situando-o no vasto campo da Comunicação Pública. As falamos sobre as estratégias, discutimos a terminologia e apresentamos o seu significado e o significado das estratégias mapeadas. A conclusão desse capítulo foi trazida através da Lei de Acesso à Informação, lei na qual governo e cidadãos se amparam. Elizabeth Pazito Brandão (2009), Maria Helena Weber (2000) e Wilson da Costa Bueno (2015) foram os autores bases para isso.

O segundo capítulo, nomeado “Processo metodológico”, é formado pela apresentação do site e da Emenda 241/55 e pela história do nosso método de investigação, a Análise de

Conteúdo. Aqui, trazemos o conceito de “Discurso político” e um relato de todas as modificações que o trabalho sofreu, no item “Adaptação metodológica”. Nessas modificações, cabe ressaltar o importante papel do conceito de “Acontecimento político”, visto que foi preciso adotarmos seis acontecimentos como uma forma de recorte diante das notícias a serem analisadas. Entendemos que esses acontecimentos atuam como micro acontecimentos em torno do acontecimento maior, a PEC 241/55 e tema para nosso objeto de estudo.

Concluindo, mostramos a forma como realizamos nossa análise e os resultados obtidos nela, no terceiro e último capítulo deste trabalho, intitulado “Análises e resultados”. As considerações finais encerram este trabalho e apontam sugestões de continuidade e futuras investigações na área.

CAPÍTULO 1 – COMUNICAÇÃO GOVERNAMENTAL

A Comunicação Governamental compreende todas as atividades e ações desenvolvidas pelo Governo Federal, pelos Governos Estaduais e Municipais e pelos seus órgãos (secretarias, ministérios) e empresas no sentido de colocar-se junto à opinião pública, democratizando as informações de interesse da sociedade e prestando contas de seus atos. Para isso, subdividiremos este capítulo em três itens que darão conta de descrever o histórico desse tipo de comunicação, sua nomenclatura, apresentar as estratégias que são usadas nos discursos políticos e situá-las no âmbito da coisa pública, através da Lei de Acesso à Informação, ancorados em autores como Elizabeth Pazito Brandão (2009), Maria Helena Weber (2000), Jorge Duarte (2009) e outros. Além do mais, aqui contemplaremos um dos nossos objetivos específicos, que é propor uma reflexão sobre o conceito de Comunicação Governamental.

1.1 A HISTÓRIA DA COMUNICAÇÃO GOVERNAMENTAL NO BRASIL

Desde o princípio o homem testemunhou em si a necessidade de se comunicar e para isso precisou desenvolver maneiras para que suas ideias pudessem ser propagadas. Esses anseios se intensificaram na medida em que uma era tecnológica impulsionava o desenvolvimento da comunicação de massa, alcançando os mais modernos processos e meios de se comunicar que conhecemos hoje.

Não temos conhecimento de nenhuma área na qual a comunicação não se faça necessária e presente, nas suas inúmeras formas, incluindo as organizações. Por organizações entendemos a soma dos esforços individuais em busca de objetivos coletivos (MAXIMIANO, 1992), inseridos em uma cultura e com base em políticas internas. As instituições públicas seguem essa mesma ordem, uma vez que também são organizações.

Ao nos situarmos na face pública, mais especificamente na comunicação originada nesse espaço, automaticamente estaremos entrando no vasto campo da Comunicação Pública e passaremos a ter diversos teóricos que embasarão nossas conceituações a respeito.

Com múltiplos significados e em sua maioria conflitantes, o termo Comunicação Pública surgiu para representar a transparência do Estado com a sociedade perante suas ações, dando ao cidadão a chance de exercer o direito de se informar e ser informado a respeito de tudo que for de interesse público e de ter total acesso aos dados do governo. Resumindo, “diz

respeito a um processo comunicativo que se instaura entre o Estado, o governo e a sociedade com o objetivo de informar para a construção da cidadania” (BRANDÃO, 2009, p. 09).

É possível ainda apontarmos cinco grandes vertentes² que estão ligadas à Comunicação Pública, entre elas a Comunicação Governamental. De antemão, vale começar o panorama citando a diferença entre essas duas esferas: a primeira não é a segunda, pois diz respeito ao Estado e não ao Governo, respectivamente (BRANDÃO, 2009). Assim, a Comunicação Governamental vai compreender todas as atividades e ações desempenhadas pelos Governos (Federais, Estaduais e Municipais) juntamente com os seus órgãos (ministérios, secretarias, etc.), democratizando o que é de interesse público e prestando contas. É vinculada a essas definições que a presente pesquisa se importará em identificar através de quais estratégias do discurso político o Governo Temer se fundamentou para apresentar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241/55 para a população no site do Palácio do Planalto.

A primeira manifestação de Comunicação Governamental se deu com a criação do DOP - Departamento Oficial da Propaganda, em 1931. A sua segunda versão, em 1939, mais autônoma e abrangente, chamou-se DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda e tinha como objetivo controlar, centralizar, orientar e coordenar a propaganda oficial em torno do Presidente, na época Getúlio Vargas (1930-1945). Foi Vargas quem criou um modelo de comunicação governamental direcionado a buscar o apoio das massas a seu favor, com a construção de um perfil que lhe tornou um dos líderes mais populares da história brasileira. Foi por meio da “Hora do Brasil”, o noticiário radiofônico de difusão obrigatória, que Vargas falava diretamente com o povo ao transmitir seus discursos e realizações de seu governo. Em 1946, Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) viria a mudar o nome do noticiário para “Voz do Brasil”. A censura ainda dominava os cenários da comunicação.

Mas o sistema de comunicação do Governo só se efetivou em 1968, ainda na era de ditadura, com a criação da AERP - Assessoria Especial de Relações Públicas, já no Governo de Costa e Silva (1967-1969), atuando como uma agência de propaganda ideológica que promovia o poder totalitário e garantia a censura e a manipulação da notícia. Essa característica ia na contramão da publicidade da época que mostrava o brasileiro em harmonia em suas relações diante do trabalho, da família e da nação.

² Brandão (2009) ao pesquisar e analisar os múltiplos significados para Comunicação Pública em bibliografias, sites, cursos universitários, etc aponta que existem ainda cinco vertentes ligadas ao tema que são CP identificadas com os conhecimentos e técnicas de Comunicação Organizacional; CP identificadas com comunicação científica; CP identificadas com comunicação de Estado e/ou governamental; CP identificadas com comunicação política; e CP identificadas com estratégias de comunicação da sociedade civil organizada.

As imposições ideológicas da AERP contribuíram para formar um conceito negativo em relação ao trabalho das Relações Públicas, que eram vistas como um “poder oculto”. Porém, é nesse conturbado contexto para a profissão que a mesma é regulamentada pela Lei nº 5.377 de 11 de setembro de 1967. A longa duração do período militar fez com a atividade fosse sistematizada e operacionalizada, não exercendo a sua função de democratizar o acesso e a manifestação de informações.

O último governo do regime autoritário, o do General Figueiredo (1979-1985), implanta a Secretaria de Comunicação Social, SeCom, com o objetivo de efetuar uma política de comunicação que fosse global no contexto de redemocratização do país. Nos três governos seguintes (de José Sarney (1985-1990), Collor de Mello (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1995), respectivamente), a comunicação acaba ficando em segundo plano por não haver uma política de comunicação efetiva (DUARTE, 2009). A SeCom só viria a ser replantada com a chegada de Fernando Henrique Cardoso, em 1995, ao poder. FHC (1995-1999) cria o Plano de Comunicação Institucional, direcionando suas preocupações à imagem pública do governo e tentando a todo custo buscar vitória junto à opinião pública. A recomendação era de visibilidade máxima do governo na mídia.

Segundo Brandão (2009) a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva acende para o início de um novo quadro, onde a comunicação passa a ter um foco na informação para a construção da cidadania.

No entanto, deve-se reconhecer que pela primeira vez depois da era militar tratou-se da comunicação governamental com uma preocupação que pretendia ir além da propaganda e do marketing político e resgatou-se a noção do civismo, desgastada no tempo da ditadura militar. Este resgate é também a marca de um governo formado com quadros de um partido de base popular, o Partido dos Trabalhadores, que caracterizou sua gestão nos governos municipais pela participação popular. É de se esperar, portanto, que se buscasse também uma nova expressão para o fazer da comunicação que pudesse expressar esta mudança política, que pretendia ser radical e que pudesse e também responder às expectativas dos seus apoiadores. (BRANDÃO, 2009, p. 12).

Assim como a comunicação propriamente dita, a comunicação nas instituições públicas, de modo mais específico a praticada pelos governos, sofreu inúmeras alterações para chegar aos moldes que conhecemos hoje, todas elas ambientadas na grande mídia, responsável pela sua propagação e aceitação pelos públicos. “Não somente as campanhas eleitorais, mas também a Comunicação Governamental foi altamente modernizada, passando a ser permeada por pesquisas, marketing político e profissionalização, onde os meios de comunicação de massa são centrais” (IASULAITIS, 2005, p. 01).

Finalizando, a comunicação através das mídias sociais, como os sites oficiais do Governo, se revela uma importante ferramenta de dinamização e versatilidade para a Comunicação Governamental hoje, estabelecendo assim, inúmeros processos de interatividade com o público. Por isso, não se trata apenas de participar e lançar informações a todo tempo, como notícias ou eventos, mas, saber qual o impacto e alcance que essas informações vão gerar nos internautas que também passam a ser atores sociais. Ou seja, as mídias sociais são ferramentas que possibilitam a abertura de um amplo leque de oportunidades para que os cidadãos possam receber as informações do governo, e por que não, se tornar parte de suas decisões ao opinar e fiscalizar suas ações.

As vantagens de utilizar a internet na Comunicação Governamental é a possibilidade de proporcionar um meio de interação através do qual o público e os políticos podem trocar informações, consultar e debater, de maneira direta, contextualizada, rápida e sem obstáculos democráticos (REIS, 2015). Quanto a essa possibilidade, argumentam ainda que a construção dos sites oficiais das prefeituras municipais em plataformas interativas e de fácil navegação, bem como o uso das redes sociais, é um recurso que favorece a participação da população na gestão pública.

1.2 AS ESTRATÉGIAS DO DISCURSO POLÍTICO

1.2.1 O que é ser estratégico?

Toda a pessoa, empresa ou órgão, ao comunicar uma mensagem a seus públicos, comunica com alguma intenção, pretende atingir algum objetivo e para alcançar isso usa variadas técnicas e meios. A escolha do modo como essa mensagem irá chegar até o público na qual ela foi redigida para atingir é o que vai determinar se essa mensagem foi disseminada de forma estratégica ou não. Este item visa apresentar o conceito de estratégias de comunicação no setor governamental.

Wilson da Costa Bueno (2005) em seu livro “Estratégias de Comunicação nas Mídias Sociais” consegue elencar vários pontos que dão conta de definir o conceito de estratégia para as mídias sociais atrelando elas ao cumprimento dos objetivos de uma organização e, conseqüentemente, ao planejamento desta. Essa associação entre objetivos e ações é o que desencadeia uma postura estratégica.

Mas antes de nos aprofundarmos no conceito de estratégia propriamente dito é preciso que façamos um breve esclarecimento a respeito dos termos redes e mídias sociais, atentando-

se ao fato de que há autores que tentam encontrar e definir diferenças entre eles, enquanto outros preferem usá-los de forma genérica e agrupados. Bueno (2005) organizou uma série de textos que conta com a participação plural de dezesseis autores donde podemos retirar tais conceitos.

Entendida como um conjunto de nós conectados entre si, a palavra rede compreende um grupo de pessoas que está interligado por um ou vários pontos e que possuem finalidades e atuações distintas (COLNAGO, 2015). Outros autores ainda dão conta de contextualizar o advento da internet que permitiu que houvesse a conexão entre pessoas, instituições e conhecimentos, de forma que esses puderam construir perfis públicos e articular-se com outros usuários, surgindo assim as redes sociais online, caracterizadas como espaços públicos mediados, segundo Recuero (2009) ou ainda como “ambientes onde as pessoas podem reunir-se publicamente através da mediação da tecnologia” (COLNAGO, 2015, p. 05).

A rede social não acontece necessariamente apenas no online, já que no seu significado primeiro é entendida como uma estrutura composta por pessoas ou organizações que partilham de valores e objetivos comuns e essa estrutura possibilita que aconteçam relacionamentos entre seus participantes.

Nesse mesmo livro encontramos ainda as mídias sociais sendo tratadas como um suporte de informação que é capaz de transmitir uma mensagem a um grupo, ou seja, “ferramentas para a divulgação de conteúdo que, ao mesmo tempo, permitem alguma relação entre as pessoas. Em outras palavras, têm como objetivo principal o compartilhamento de conteúdo” (COLNAGO, 2015, p. 08), não interessando as relações que se formam a partir disso.

Continuando a discussão, Camila Colnago cita André Telles que aponta que a diferença básica entre os dois conceitos

está no foco e no propósito de cada um deles: enquanto as redes sociais são fundamentalmente sites de relacionamento que intentam reunir pessoas e promover a integração entre elas, as mídias sociais têm por objetivo a divulgação e o compartilhamento de conteúdo, o que levaria a conclusão de que as mídias sociais envolvem as redes sociais (TELLES, 2010 *apud* COLNAGO, 2015, p. 08-09).

As mídias sociais são arenas propícias para o desenvolvimento de estratégias de comunicação, tanto institucionais quanto governamentais - mais tarde tratarei da diferença entre elas - e aqui vale frisar que, por mais que a ordem seja estar nas mídias sociais, a comunicação desenvolvida nesses meios requer especificidades para que elas não se

diminuam a meros murais eletrônicos, mas sim para que seja possível transformar esses canais em canais geradores de conteúdos relevantes, onde possa haver também a possibilidade de trocas, de saber ouvir e saber falar (BUENO, 2015).

Tendo como partida o contexto organizacional, os gestores, por vezes, enxergam a comunicação estratégica como uma forma de agregar prestígio à suas ações, como cita Bueno (2005) na página 124 de seu livro, quando na verdade deveriam entender o retorno que essa os trariam se empregada de forma conveniente. Logo,

as estratégias de comunicação dizem respeito a um conjunto de ações de comunicação planejadas que visam atender a determinados objetivos e que, se bem formuladas, implicam metas, ou seja, definem resultados concretos a serem perseguidos (BUENO, 2015, p. 125)

Ser estratégico é definir um conjunto de ações para cumprir isoladamente cada objetivo planejado, porque cada um deles exige posturas e demandas diferentes. O domínio do que está no entorno e das singularidades dos públicos assegura a compreensão de como competir e a maneira mais adequada de ser estratégico (BALDISSERA, 2001).

A ânsia pela busca do ser estratégico permeia tanto o campo da Comunicação Institucional quanto o da Comunicação Governamental. A primeira pode ser entendida como um conjunto de ações de comunicação direcionado para atender os objetivos da instituição, como ganho de imagem, visibilidade na mídia, entre outros. O Departamento de Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria, por exemplo, é vasto em pesquisas que abrangem o tema, especialmente as de autoria da Prof. Dra. Eugenia Maria Mariano da Rocha Barichello ao investigar, teórica e metodologicamente, a comunicação institucional, tomando como principal pressuposto as relações estabelecidas entre a visibilidade e a legitimidade das instituições e a comunicação midiática, objetivo de uma de suas linhas de pesquisa.

No que diz respeito à Comunicação Governamental, ser estratégico é prestar contas de seus atos, o que autores como Maria Helena Weber caracterizam como *accountability*, que permite “ao cidadão e as instituições acompanhar e controlar o planejamento e os gastos com o dinheiro público” (WEBER, 2011, p. 108). A transparência passa a ser critério que indica a qualidade dos gestores e dos políticos. A autora elenca também, além da prestação de contas, a obtenção de visibilidade e a disputa por opinião, apoio e voto como estratégias políticas e institucionais.

A necessidade de tornar visíveis e acessíveis informações e estabelecer relações, efetivas e simbólicas, faz com que sejam instituídos sofisticados sistemas capazes de gerenciar mídias, produzir e difundir informações e mobilizar grupos

associados a projetos específicos. [...] Diferentemente da informação produzida pelas mídias, pelo jornalismo, a comunicação do Estado sempre é necessariamente estratégica, pois a política e a criação e circulação de produtos obedecem aos legítimos interesses das instituições de Estado e devem alcançar objetivos. Isso não significa dizer que a ética ou a verdade estejam sendo burladas (WEBER, 2011, p. 103, 106).

1.2.2 O discurso político

Várias são as correntes teóricas e campos do conhecimento que usufruem da palavra discurso e que tentam caracterizá-la. O discurso em si é uma construção linguística atrelada ao contexto social no qual o texto é desenvolvido. Todas as ideologias presentes nele são diretamente determinadas pelo contexto no qual está inserido.

Dentre os vários tipos de discursos existentes (midiático, jurídico, religioso, institucional, etc) e as várias formas (escrito, visual, artístico, etc), o que mais suscita análises e estudos vem a ser o discurso político. Hierarquicamente falando, ele ocorre em espaços pré-estabelecidos, como nos legislativos federais, estaduais e municipais; no executivo; nos pronunciamentos de um presidente ou de um governador; ou durante as falas em período de campanhas eleitorais.

Todavia, sabemos que a partir do momento que um discurso passa a ser enunciado e rompe com suas barreiras territoriais, ele já se torna passível de sofrer outras interpretações e por isso mesmo outros tipos de enunciação.

Com esse contraponto, quero chegar na fala de Hannah Arendt (1906-1975), filósofa e consagrada como um dos grandes nomes do pensamento político contemporâneo, quando ela diz que a política é fruto da relação entre os homens, sendo produto e produzida por eles através das inter-relações uns com os outros. Relações geram pluralidade de pensamentos e abarcam, entre outras coisas, a ideia de liberdade, o que também pode ser associado ao conceito política, segundo ela.

Para esta mesma autora, a política constitui-se como uma prática social humana e responsabiliza-se também por gerar disputas e associa-se com a comunicação quando essa última constrói sentidos. É por isso que os discursos vão além da sua capacidade de enunciação e passam a ser representados também através das ações daqueles que seriam seus primeiros destinatários, os eleitores.

Todos nós nos tornamos enunciadores do discurso político ao, por exemplo, manifestar apoio a determinado candidato ou quando exercemos o direito de votar. A ideia que todos nós, cidadãos e políticos, somos legítimos para falar, propor e criticar discursos é

defendida por Célia Regina Pinto (2005) em seu artigo “Elementos para uma análise do discurso político”.

É nesse sentido que Charaudeau (2008) afirma que o discurso político não é exclusividade dos governantes, mas sim da interação e das identidades que dele participam. Por esta razão, ele não é estável, pois circula em diferentes grupos sociais e assim se transforma.

Há ainda a definição dos três lugares no qual o discurso vem a ser fabricado: na construção de sistemas de pensamentos; dos atos de comunicação; e onde são produzidos os comentários.

Ao continuar a abordagem sobre os discursos, Pinto (2005) enfatiza ainda a capacidade deles de fixarem sentidos em meio a um cenário de disputas: “quando analisamos o discurso político, verifica-se que esta é uma tentativa de fixar sentidos, que têm a urgência como condição e durante as campanhas eleitorais esta urgência é ainda mais fácil de ser verificada” (PINTO, 2005, p. 80).

Ação e linguagem são componentes da troca social e ora são autônomos, ora se encontram em uma relação de interdependência recíproca, isso porque os discursos têm a argumentação como um dos seus recursos mais importante (EMEDIATO; MACHADO; MENEZES, 2006).

Os discursos, enquanto atos de linguagem, definem-se a partir da relação de um sujeito com o outro. Essa relação ora segue um princípio de alteridade (quando parte-se do pressuposto que todo homem social interage e interdepende de outro); ora segue um princípio de influência (para que o outro passe a pensar e agir segundo as intenções do primeiro); e ora segue um princípio de regulação (quando os dois são conduzidos a regular a relação). Logo, conclui-se que “todo ato de linguagem está ligado à ação mediante as relações de força que os sujeitos mantêm entre si, relações de força que constroem simultaneamente o vínculo social” (CHARAUDEAU, 2008, p. 17).

Sendo o discurso político aquele que tem por objetivo conquistar e convencer, e por isso mesmo dotado de persuasão, são utilizadas as mais variadas técnicas para que isso ocorra, em sua grande maioria sustentadas por meio da encenação e do princípio da influência, ou seja, “ todo o sujeito que produz um ato de linguagem visa atingir seu parceiro, seja para fazê-lo agir, seja para afetá-lo emocionalmente, seja para orientar seu pensamento” (CHARAUDEAU, 2005, p.15).

Diante desse contexto, afirma-se que - não diferente de outras áreas - a política, através dos seus discursos, necessitou reformular a maneira de se relacionar com seus

públicos, porque estes últimos passaram a ocupar lugares de fala e de influência ainda não vistos anteriormente. É o que Tupynambá (2009) chama de processo de mutação no jogo político. Seus protagonistas têm sido levados a abandonar o terreno dos sistemas do pensamento e das ideologias para concentrar-se mais na encenação dos embates políticos (p. 186).

Essa encenação ainda carrega três características que devem estar presentes nos discursos políticos para que ocorra a persuasão: o *logos*, *etos* e *pathos*. A retórica é a ciência que estuda a persuasão e os primeiros estudos a respeito surgiram ainda nos anos anteriores a Cristo. Aristóteles (384-322 a.C.) foi quem sistematizou as primeiras publicações sobre e quem deu origem a estas três provas argumentativas.

O *logos* (argumento) seria o próprio discurso, as propostas e os argumentos apresentados pelo candidato em cada tema discutido. Já o *etos* (imagem), seria a autoimagem que o ator político institui perante os seus interlocutores; e o *pathos* (paixão), voltado para o sentimento, em que o candidato tenta conquistar os eleitores através da demonstração de proximidade e preocupação com os desejos dos mesmos (EDUARDO, 2014, p. 464).

Geralmente, o auditório é colocado diante dessas três provas ao mesmo tempo. A partir disso, informações e argumentos passam a ser aceitos como verdadeiros e o orador passa a ser digno de confiança, ficando por conta do público associar o discurso às suas experiências e emoções que influenciarão no julgamento, ou seja, a audiência passa a ser um juiz e objeto de transações retóricas que envolve falantes e ouvintes a produzir discursos confiáveis.

O *ethos* ganha destaque nos estudos das estratégias dos discursos por representar a imagem do ator político e por essa ser a preocupação central nesse jogo. Além do mais, ao ser retomada após ter sido abandonada por um tempo e ocultada a partir do século XVIII, surgiram novos pontos a serem esclarecidos a respeito dessa categoria, manifestando-se novas discussões (CHARAUDEAU, 2008).

Existe uma dupla identidade que o *ethos* assume, mas que ao final acaba fundindo-se em uma só: por um lado, há quem defenda que ele seja preexistente ao discurso, chamado de pré-discursivo; de outro, o colocam no ato de enunciação, no próprio dizer de quem fala, correspondendo ao seu discurso e não ao indivíduo. Esse antagonismo resolve-se quando se desdobra a identidade do *ethos* em duas componentes: primeiro, “aparece, portanto, ao olhar do outro, com uma identidade psicológica e social que lhe é atribuída, e, ao mesmo tempo,

mostra-se mediante a identidade discursiva que ele constrói para si” (CHARAUDEAU, 2008, p. 115).

O resultado vem a ser uma encenação sociolinguageira que depende dos julgamentos dos indivíduos, desenvolvendo duas figuras identitárias do discurso político, possíveis de serem agrupadas em duas grandes categorias: *ethos* de credibilidade e *ethos* de identificação.

No jogo de trocas presentes no discurso político, a linguagem está ligada a ação através das relações que se estabelecem entre os sujeitos, pois o discurso não tem sentido fora da ação e toda ação busca o exercício de um poder, constituindo assim um laço social. Ela desempenha um papel de mediadora entre as instâncias cidadã e política, assegurando a legitimidade desta última.

1.2.3 As condições para as trocas discursivas

Depois de brevemente esclarecido o que é um discurso e algumas de suas principais naturezas, precisamos apontar as condições de troca em que ele acontece, para assim sermos capazes de adentrar ao campo das estratégias.

Ao iniciarmos o item acima, revelamos a relação que todo discurso tem com o contexto no qual está inserido. O contexto é o responsável por justificar as ideologias presentes nos discursos e seus modos de ser e de serem expressados.

As situações que os contextos nos apontam são chamadas por Charaudeau (2007) de quadro de referência e é para este quadro que nos reportamos ao iniciarmos um procedimento de comunicação. O quadro serve de orientação para os discursos e devem ser levados em conta, juntamente com suas restrições, por quem quer que deseja ali comunicar algo.

É possível conectarmos essas situações de comunicação com o próprio discurso político: ambos funcionam como um palco, possuindo “suas restrições de espaço, de tempo, de relações, de palavras, no qual se encenam as trocas sociais e aquilo que constitui o seu valor simbólico” (CHARAUDEAU, 2007, p. 67). As restrições são encarregadas por determinar as normas de comportamento dessas situações, operando enquanto uma espécie de acordo prévio.

Reconhecer essas condições prévias para a realização de uma troca linguageira é reconhecer que toda comunicação é pautada por um contrato. Quando falamos em contratos de comunicação nos referimos a tudo que já está pré-estabelecido e que é de nosso conhecimento.

Todavia, apesar de pré-estabelecido, não podemos esquecer que os discursos, em especial o político, são compostos por significações e efeitos resultantes do entrelaçamento de saberes e crenças e assim reconstruídos a todo momento.

O sujeito que nos informa - jornalista, mídia - trabalha entre uma dualidade em termos de condições do discurso e, portanto, na construção da notícia.

Ele fica, ao mesmo tempo, preso e livre na encenação de seu discurso, como um diretor se acha ao mesmo tempo livre e preso na montagem de uma peça de teatro. Ele deve levar em conta os componentes da situação de comunicação, sem o que não seria compreendido, mas, ao mesmo tempo, pode jogar com tais componentes, combiná-los de uma maneira particular e apresentá-los de diversas formas. Ou seja, ele pode usar de estratégias em função dos desafios de credibilidade e de captação que escolhe para si (CHARAUDEAU, 2007, p. 105).

Fazem ainda parte do contrato de comunicação os dispositivos de encenação. Os dispositivos são elementos de ordem material e constituem o suporte físico da mensagem (CHARAUDEAU, 2007). Eles não apenas transportam as mensagens como também as formatam e atribuem sentidos a elas. São os dispositivos que garantem que o discurso político seja interpretado e a ele relacionado.

Usa-se a palavra instância para caracterizar as entidades humanas que são parceiras nos contratos de comunicação. Segundo a definição de Charaudeau (2008), são categorias abstratas, cujo conhecimento se faz necessário ser acrescentado devido a insuficiência que seria levar em consideração apenas o falar das pessoas. Em função disso, são distinguidos três lugares de fabricação do discurso, cada um pertencente a uma instância: um lugar de governança, encontrado na instância política; um lugar de opinião, na instância cidadã e; um lugar de mediação, pertencente à instância midiática.

A instância política assume papel semelhante ao da instância midiática ao fabricar seus próprios discursos e propagá-los por meio de seus próprios canais de comunicação. Esses canais – como já comentado no item Lei de Acesso a Informação – devem atender as demandas por informação da população. Porém, fica nítido o caráter de promoção de pessoas e propostas que assumem.

Em notícia sobre o jantar com a base aliada para tratar sobre a tramitação da PEC 241/55, Renan Calheiros, presidente do Senado Federal na época, usou da promoção de Michel Temer como sendo este último o único que “reúne as condições para guiar o Brasil na travessia para fora da crise fiscal”. Essa estratégia, além de transferir para o atual presidente uma grande responsabilidade, também faz com que a população deposite todas as suas confianças nele e em suas propostas.

Dispositivos e instâncias fabricam a todo instante as significações dos discursos políticos. Quando inseridos nessas significações, os atores passam a adotar estratégias de persuasão e convencimento como as que veremos a seguir.

1.2.4 As estratégias do discurso político

As estratégias que virão a ser apresentadas têm por objetivo a transmissão efetiva e eficiente do discurso político, buscando atrair o auditório por meio da conquista de sua simpatia, confiança e interesse e fazendo com que se identifique com as palavras ouvidas. Elas suscitam ainda questões que vão desde a produção de efeitos emocionais sobre quem as ouvem, até a construção de imagens favoráveis junto à opinião pública. Nesse trajeto, entram ainda tópicos que englobam a influência da mídia nessa construção, transformando a prática de discursar politicamente em um espetáculo.

Sabemos que o objetivo principal de todo político é a conquista do voto, mas que antes disso, existe todo um caminho de conquistas que precisa ser minimamente pensado. É nesse momento que arquitetar o discurso político de forma estratégica requer maneiras específicas de direcionamento ao público eleitorado.

A persuasão está por trás dos atos discursivos no momento que precisa-se dela para que o político desempenhe a sua dupla posição: a de convencer a todos a respeito da legitimidade de seu projeto e a de fazer com o que o maior número de pessoas adotem seus valores, sempre com o entendimento de que ele é a voz de todos na sua voz. A persuasão no discurso político relaciona-se também com a paixão, com a razão e com a imagem.

Como o próprio Charaudeau aponta, fica difícil assegurar se a persuasão está mais ligada a razão ou a emoção, pois há “a ideia de que não se pode contentar-se apenas em raciocinar e que é preciso “tocar” os juízes, os jurados e o auditório” (p.81), ou seja, não se pode descartar os sentimentos em nenhum processo onde se tem por objetivo influenciar o outro.

Além da persuasão,

as estratégias discursivas empregadas pelo político para atrair a simpatia do público dependem de vários fatores: de sua própria identidade social, da maneira como ele percebe a opinião pública e do caminho que ele faz para chegar até ela, da posição dos outros atores políticos, quer sejam parceiros ou adversários, enfim, do que ele julgar necessário defender ou atacar: as pessoas, as ideias ou as ações (CHARAUDEAU, 2008, p. 82).

Tupynambá (2009) afirma que “as estratégias de persuasão compreendem, entre outros aspectos, as escolhas dos valores, as diferentes maneiras de apresentá-los e de argumentar, a “dramatização do discurso” e a construção da imagem de si (ethos)” (p. 187-188).

É preciso cautela na hora de escolher que valores serão agregados aos discursos, visto que existe uma pluralidade deles e que, se não bem selecionados, passará esse a ser um obstáculo para o sujeito político. Importa não abandonar as suas próprias convicções, mas também incorporar os valores que correspondem aos da opinião pública, articulando esses dois pontos de maneira estratégica, não esquecendo de que valores e opiniões se redefinem ao longo da história e que é preciso acompanhar essas mudanças.

A escolha dos valores é importante, mas não suficiente. Carece ainda saber apresentá-los para que passem a adquirir sentido no espaço público por meio de estratégias como as de simplicidade e argumentação (CHARAUDEAU, 2008), primeiro exemplo de estratégias do discurso político que apresentaremos.

Simplificar falas é reduzir a complexidade de opiniões à expressões mais simples, porém, se feita de maneira errônea, corre-se o risco de ter uma falsa verdade apresentada. Surgem então mais dois procedimentos: a singularização e a essencialização.

O raciocínio causal simples principista tem como objetivo a adesão ao projeto político proposto por meio de ideias mais simples. Já o raciocínio causal simples pragmático é uma forma de discurso com uma consequência mais ou menos certa, dando a entender que não existe outra saída além da enunciada (“Domingo vote para salvar a República” (p. 101)).

As condições de simplificação vão de encontro às de argumentação no tempo em que esta última está ligada com a veracidade e não com a verdade. “O desafio aqui não é o da verdade, mas o da veracidade: não o que é verdade, mas o que eu creio ser verdadeiro e que você deve crer ser verdadeiro” (CHARAUDEAU, 2008, p. 101).

E por falar em não verdades, a mentira é mais um componente presente no discurso político. Basicamente, ela obedece três condições: a) um sujeito falante que diz o contrário daquilo que sabe ou julga saber; b) o sujeito falante tem em mente que aquilo que diz é o contrário daquilo que pensa; c) o sujeito falante deve transparecer, ao interlocutor, signos que o façam crer que aquilo que diz é igual aquilo que pensa. Da mesma forma que o contexto nos fornece condições prévias para que haja uma troca linguageira, a mentira, para ser aplicada, também precisa levar em consideração os espaços e interlocutores afetados.

A mentira no cenário político está associada ainda com a questão do tempo em que o político pronuncia suas promessas. Por não ter conhecimento dos obstáculos que terá no

futuro, ele precisa “jogar com estratégias discursivas que não sejam muito explícitas e que pareçam vagas, mas não vagas a ponto de fazer com que ele perca sua credibilidade. [...] em todas as circunstâncias, tem de permanecer fidedigno” (CHARAUDEAU, 2008, p. 106). É o que Charaudeau chama de a) Estratégia do vago.

Em seguida, outros exemplos de estratégias que envolvem a mentira nos discursos políticos. b) Estratégia do silêncio: diz respeito a avaliação que os governos fazem de que é melhor evitar o anúncio das próximas decisões porque poderiam provocar reações diversas e com isso impedir a implantação do que é julgado necessário naquele momento. Como Charaudeau (2008) aponta “colocam-se grampos em um ministério, faz-se o barco de uma associação ecológica ir a pique, mas nada é dito nem anunciado” (p. 107); c) Estratégia de denegação: quando o político nega seu envolvimento ou o envolvimento de seus colaboradores em situações diversas. Negar é o equivalente a mentir, produzindo o que chamamos de falso testemunho; d) Estratégia da razão suprema: momento em que o político recorre ao que chamamos de “razão do Estado”. Nos calam quando sabemos que um superior tem uma razão maior; é em nome de interesses comuns que sabemos que devemos guardar segredo; e) Estratégia de imprecisão: são as considerações mais gerais, e por vezes ambíguas, feitas pelos governantes para que seja difícil incriminá-lo por ter mentido conscientemente.

Demais palavras (ou estratégias discursivas) que podem vir a ser empregadas: a) Palavras de promessa: palavras que tornam o discurso, ao mesmo tempo, idealista e realista. Devem ser credível pela instância cidadã que as recebe, pois essa recepção agirá diretamente na construção do *ethos* do candidato; b) Palavras de decisão: estão inseridas em um contexto de desordem (“as coisas não vão bem”). Em seguida, inserem uma nova ordem (“devemos consertar as coisas”), para, finalmente, revelar as medidas que serão tomadas para isso; c) Palavra de justificação: discurso que justifica a razão de ser e os porquês das decisões tomadas; d) Palavra de dissimulação: é o aspecto intrínseco do discurso político. O ator nunca pronuncia qualquer frase, pois trabalha com a previsão das críticas que irá receber, os efeitos e a organização de movimentos sociais diante do que foi dito. Palavra, pensamento e ação instauram um jogo de máscaras que conduz a mentira na política (p. 261).

Ainda com base no capítulo das estratégias do discurso político de que fala Charaudeau (2008), frisamos que até mesmo na hora de desqualificar um adversário, sendo essa mais uma estratégia que pode vir a ser usada no discurso político, é preciso tomar cuidado. O uso de argumentações pesadas ou complexas podem não ser bem interpretadas

pelo público ouvinte. É necessário que se faça o uso de uma boa argumentação e a partir dela evidenciar as fraquezas e todos os valores que o adversário possui.

A seguir, alguns “modos de expressão capazes de produzir efeitos de *ethos*” (p. 168):

a) O bem falar: em seus discursos, sejam eles pronunciados ou escritos, o político sempre procura falar bem, pois sabe que tem uma imagem a zelar e que seu artefato de trabalho são as palavras. Ao escolher falar bem, falar “bonito”, é preciso que se tenha cuidados quanto aos efeitos disso na recepção. Questões relacionadas ao tom de voz, a dicção, articulação e pronúncia clara irão influenciar na percepção do público; b) O falar forte: essa estratégia evoca um imaginário de potência no público. Ter uma voz forte deve coincidir com um porte físico considerável, gestualidade ampla e enérgica, bom desempenho oratório e boa dicção. Alguns exemplos nos mostram que “os julgamentos sobre a vocalidade relacionam-se à cultura e que, ao mesmo tempo, o falar forte é percebido em todos os lugares com o contrário de “falar frouxo”: ele constrói um *ethos* de líder político poderoso e combativo” (p. 172); c) O falar tranquilo: quase que ao contrário do falar forte, o falar tranquilo representa a figura de um soberano paternal. Ao se expressar de maneira calma e tranquila, o sujeito exterioriza a ideia de que tem caráter e de que é inteligente, aproximando-se de uma conversação familiar; d) O falar regional: caracterizado pelo tradicional sotaque, além de estabelecer uma relação de proximidade com quem também divide a mesma origem, falar com seu sotaque natural “lembra que o país [...] se compõem de diversas entidades regionais frequentemente ocultas ou esquecidas por “esses senhores da capital” ” (p. 173).

Já sabemos que para convencer e seduzir o maior número de pessoas, os políticos não medem esforços ao usar todos os meios e estratégias, desde que sejam adequadas a situação. Falaremos agora de três procedimentos enunciativos usados.

A) Enunciação elocutiva: quando aquele que fala coloca-se em cena, revelando sua implicação e descrevendo seu ponto de vista. Dentro desta enunciação existem diversas modalidades que resprigam na construção do *ethos* do candidato; b) Enunciação alocutiva: quando o interlocutor é implicado no mesmo ato de linguagem. Através de pronomes pessoais de segunda pessoa, nota-se a implicação do interlocutor, o lugar que ele ocupa e a sua relação com o enunciador; c) Enunciação delocutiva: quando se apresenta algo sem fazer parecer que outras pessoas estão presentes na implicação. Uma das grandes características dessa enunciação é a presença de frases que apagam os traços dos interlocutores e se apresenta sob a forma impessoal.

Outra característica que se faz importante apontar ao falarmos em estratégias do discurso político diz respeito a constante necessidade que os governos têm de justificarem sua

permanência por meio da demonstração de dados e índices de suas ações. Exemplos disso podem ser encontrados na própria página oficial do Presidente Temer. Geralmente, o assunto abordado para a prestação desses dados está na atual agenda dos cidadãos, o que também não deixa de ser uma estratégia, pois representa que temos um governo em dia com os assuntos que viraram pautas.

No dia três de abril, dias após o acontecimento da Operação Carne Fraca, desencadeada pela Polícia Federal para desmontar esquemas de pagamentos de propina da parte de grandes frigoríficos para fiscais agropecuários do Ministério da Agricultura, o Presidente Michel Temer, em sua página oficial no Facebook, traz importantes dados a respeito dos índices de importação e exportação no Brasil, numa tentativa de indicar que “a confiança da carne brasileira pelo mercado externo” segue firme e forte.

A matéria ainda garante que “o produto brasileiro não apresenta risco à saúde dos consumidores” e que por causa dessa certeza, de que as proteínas brasileiras são seguras, “as vendas do setor avançaram 4,4% frente a março do ano passado”, concluindo com a apresentação de mais um dado. Para que a compreensão do assunto, bem como a interpretação dos dados não seja feita de nenhuma outra forma, a publicação ainda comporta um infográfico explicativo.

Não diferente de outras demandas, os atores políticos envolvem-se da mesma maneira na luta constante que é a busca por visibilidade, objetivando eles estarem dominando a agenda noticiosa e não os seus adversários. Como já apontado no início do texto, visibilidade influencia na opinião dos eleitores, que influencia na construção positiva de suas imagens públicas e isso gera votos, objetivo principal de toda a campanha política.

Ao final, todas essas estratégias resultam na construção da imagem do político. Charaudeau aponta que o ideal seria com que o político conseguisse se construir como *efígie*, ou seja, como uma representação plástica da imagem de um personagem real ou simbólico.

A imagem construída não deve representar eficácia ou segurança para seu portador, visto que por vezes elas são contraditórias e frágeis, já que elas correspondem às expectativas dos governados (p. 87).

1.2.4.1 Espetacularização da política

Passaremos agora a elencar o papel da mídia na construção dessas estratégias. É possível que algumas delas se repitam, visto que podem ser executados de modo *off* e *online*.

Quando associamos mídia e política nos referimos a dois campos sociais que possuem suas especificidades, bem como suas relações e diferenças, se comparados. Hoje, sabemos que o campo midiático perpassa todos os outros campos por ter se consagrado ao construir um discurso que ao longo do tempo passou a ser incontestável e por isso aceito por todos.

Ao falarmos a palavra campo não podemos deixar de citar Pierre Bourdieu que é o autor que mais considerações fez a respeito. Para ele, os campos se caracterizam como espaços sociais que possuem suas próprias regras, princípios e hierarquias e são construídos conforme as redes de relações e/oposições que se originam entre seus atores sociais que seriam os membros do campo (BOURDIEU, 2005).

Um campo pode se relacionar com outro e gerar espaços sociais mais abrangentes e complexos. Ao acontecer isso, eles se adaptam um ao outro, ficando inevitável que um se sobressaia diante das novas relações e dependências que surgirão. No caso dos campos da mídia e da política, a política acaba tornando-se dependente do campo midiático por esse último ser instrumento de mediação com os atores sociais e ter a capacidade de dar visibilidade e legitimar todas as ações e discursos provenientes do primeiro (MARTINS, 2016). O espaço midiático surge como uma nova forma de tornar-se visível e ao mesmo tempo um mecanismo de legitimação, considerando que não basta apenas legitimar atos, mas legitimá-los em esfera midiática.

Vários autores optam por apontar as especificidades e diferenças dos dois campos. Partindo do pressuposto de que ambos se relacionam e que um depende do outro como mecanismo de legitimação e os dois juntos se pautam, abordaremos aqui os vínculos que um possui com o outro, bem como as estratégias que dessa relação surgem.

Bourdieu (2005) vai dizer também que é no campo político que existe um jogo, ou seja, “um universo de técnicas de ação e de expressão que é oferecido em um dado momento. Nesse caso, os agentes políticos utilizam técnicas para construir a sua imagem perante os outros (*apud* MARTINS, 2016). É nesse momento que a política passa a ser comparada a um teatro e a mídia vira palco das encenações, pois os representantes assumem papéis frente ao eleitorado que passa a ser entendido como plateia, como cita Martins (2016)

a espetacularização e personalização da política são fenômenos diretamente relacionados com o processo de construção da imagem pública [...]. Tudo é pensado e planejado, tanto o figurino, quanto o discurso e o cenário, de modo a convencer o eleitor. Isso porque, conforme explica Salgado (2012), as campanhas são momentos cruciais para que os atores políticos convençam o eleitorado e atinja a vitória.

Quando os campos estão com os discursos alinhados e a imagem dos candidatos pronta para ser projetada conforme os aparatos que compõe a mídia (emissoras, TV, rádio, jornais, revistas), surgem as estratégias do discurso político com origem no espetáculo político-midiatizado. São técnicas que vão desde a forma de falar até a de gesticular, pois nesse jogo cada movimento deve ser pensado de maneira que a impressão passada corresponda com a impressão compreendida pelo público.

Thamiris Martins, em sua dissertação intitulada “A construção da imagem de Dilma Rousseff (PT) na esfera midiática: dissonâncias e convergências narrativas entre a presidente e a candidata à reeleição”, irá denominar essas técnicas assumidas pelos candidatos como máscaras sociais e nos apresenta oito técnicas para se obter o controle da representação. Para definir o significado de representação nesse contexto espetacularizado ela usa de Goffman (2013) e diz que “a representação é toda atividade de um indivíduo perante o outro e que tem sobre este alguma influência” (*apud* MARTINS 2016).

A primeira técnica para se obter o controle diante da representação é a crença no papel, ou seja, o ator deve acreditar que tudo aquilo que ele está representando é de fato real, para assim convencer o público. Ao contrário, o candidato pode ser visto como cínico por seu eleitorado, dando-lhes o direito de uma não crença naquela representação.

A segunda técnica, Martins (2016) denomina de fachada e se resumiria em todos os equipamentos e acessórios usados pelo ator ou no cenário que ele se encontra que ajudarão a confirmar o discurso e a impressão que ele deseja passar. Se usados no cenário, esses acessórios podem ser uma mobília, a decoração ou até a própria disposição de todos esses elementos. Se pensados para o representante, inclui seu vestiário, atitudes, linguagens, gestos.

A realização dramática, entendida como uma terceira técnica de representação, é quando o político, no momento da encenação de seu papel, precisa recorrer ao drama para tornar significativo tudo o que ele pretende expressar. Essa dramatização se dá por meio de sinais que confirmam sua fala. Já a idealização fica entendida como uma representação que precisa ser adaptada conforme a sociedade na qual o candidato está de frente. É nesta quarta técnica que ele precisa mostrar que possui características como equilíbrio e eficiência, mesmo que não as tenha.

A manutenção do controle expressivo é o surgimento da necessidade de tomar uma providência para que os acontecimentos, em sua maioria, não passem uma impressão errada. A autora ainda cita alguns problemas que podem surgir no ato da representação, como gestos involuntários e fragilidade das aparências (MARTINS, 2016). Essa máscara social vai de

encontro a outra chamada de representação falsa. Aqui, cada ator precisa ter um cuidado redobrado em relação a tudo que fala diante da plateia.

Os indivíduos surpreendidos em flagrante no ato de dizer mentiras ‘descaradas’ não apenas ficam desacreditados durante a interação, mas podem ter sua dignidade destruída, pois muitas plateias acharão que, se um indivíduo pode permitir-se uma vez contar semelhante mentira, não deve nunca mais merecer confiança (GOFFMAN, 2013, p. 74).

É nesse sentido que ao usar essa técnica, o ator político consegue manter uma distância considerável em relação ao público na qual se dirige e essa distância faz com que ambos cooperem entre si.

Por último, a autora aponta a realidade e os artifícios como algo que a encenação teatral exige, de forma que

a torne convincente, inclusive no sentido de a reconhecerem efetivamente como um teatro. O relacionamento social é como uma cena teatral, resultando da troca de ações, dramaticidade e oposições. [...] A vida é uma encenação dramática e quase tudo se constitui como um palco. No mundo encenado e teatralizado, os indivíduos têm a capacidade de mudar de papéis a todo instante. O ator deve saber não só conduzir o texto, mas também suas expressões, ou seja, como usar a voz, a roupa e o corpo (GOFFMAN, 2013. *apud* MARTINS, 2016. p. 53).

É quando usadas essas e tantas outras técnicas que se configuram como estratégias do discurso político que é adicionado à política um caráter espetacularizado. Essas técnicas colaboram para legitimar a imagem e discurso dos candidatos. É dessa forma que a arena política torna-se um espetáculo e passa a ser comparada a um teatro e que os personagens, encenados pelos candidatos políticos, assumem diversos papéis e usufruindo de mecanismos que possibilitem a aceitação de determinados efeitos. Tanto aqui como no teatro o objetivo é o mesmo: deslumbrar e chamar atenção.

Quando cita Noguera (2001), Martins ainda consegue dar conta de esmiuçar diferentes tipos de comunicação que todo governo deveria fazer que são elas: comunicação reativa; comunicação proativa; comunicação contável; campanha eleitoral e escuta.

A comunicação reativa passa a ser entendida como aquela feita quando o governo se enxerga diante de um imprevisto ou conflito, precisando agir de forma planejada, porém inesperada.

A proativa tem a intenção de alterar a agenda da população. De forma estratégica isso é feito quando um problema é bem comunicado e logo após sua solução. Seguindo o fluxo, somos apresentados à comunicação contável que tem por objetivo lembrar aos eleitores as

conquistas de determinada gestão. Aqui, é onde a mídia alcança uma contribuição significativa.

Noguera (2001), a respeito da campanha eleitoral, considera que ela não pode ser esquecida, pois assim como um governo sai de uma eleição ele já participa de outra. Nesse sentido, entra em vigor a última comunicação que ele diz ser essencial para um governo, a comunicação da escuta, portanto

ele enfatiza que é preciso escutar sempre o público, visto que a comunicação é de duas vias. É indispensável para todo governo escutar, estar em contato com as pessoas, ter consciência do que se passa e permanecer sempre aberto, já que as pessoas têm a necessidade de serem escutadas. Outro ponto é que os governantes devem saber receber ideias na hora de desenvolver as políticas públicas (NOGUERA, 2001 *apud* MARTINS, 2016. p. 79).

Fernando Wisse Oliveira Silva defendeu seu mestrado na Universidade Federal do Ceará com o título “Personalização da representação política: um estudo sobre as estratégias de comunicação dos deputados Marco Feliciano e Jean Wyllys no Twitter”. Embora seus objetos e suporte diferenciam-se do objeto e suporte deste trabalho, entendemos a contextualização que os dois trabalhos partilham. Um ponto que merece destaque e que vem a ser a questão principal do trabalho citado é a forma como as ferramentas online (e aqui podemos citar os sites oficiais dos governos, como o site do Palácio do Planalto que sustenta nosso objeto de estudo) favorecem a comunicação em períodos “não-eleitorais”, que viriam a ser os períodos pós campanha pela busca de votos. As estratégias pensadas nesses períodos recebem o nome de campanha permanente, que vão se configurar como mais um exemplo de estratégia de Comunicação Governamental no discurso político.

Por trás de toda estratégia governamental existe uma equipe de comunicação que planeja e executa as melhores artimanhas para convencimento do eleitorado. Essa equipe põe em prática o que chamamos de marketing político que é “um conjunto de atividades técnicas e planejadas para facilitar a comunicação do político com o eleitorado” (TORQUATO, 2004, p. 171).

A nova conjuntura na qual a comunicação política está hoje concentrada nos permite dizer que seus esforços estão reunidos em cima de duas grandes tendências, que manifestam-se cada vez mais como sendo frutos dessa relação entre comunicação e política, entre campo midiático e campo político. A primeira delas vem a ser a personalização da figura do político e a segunda a chamada campanha permanente. Nos dedicaremos a apresentar o segundo conceito que vem a ser a novidade deste item.

Com campanha permanente queremos dizer “que os políticos continuam praticando estratégias de comunicação eleitoral continuamente” (SILVA, 2015, p. 21) e que “a campanha partidária não se termina ao fim do período eleitoral” (SILVA, 2015 *apud* BLUMENTHAL, 1980, p. 21) porque governar tornou-se uma campanha perpétua. Podemos dizer ainda que tal estratégia ganhou força graças aos mecanismos da comunicação online que permitem a viralização de conteúdos de forma ininterrupta.

No item comunicação política online, Silva (2015) aponta oito vantagens que a comunicação mediada por computadores trouxe para a comunicação política, com base em Fernandez (2005, p 16). São elas: 1) eficiência e facilidade para o acesso às informações; 2) sondagens sobre as preferências dos cidadãos; 3) transformação na condição política; 4) a internet como precursora de uma nova comunidade política anárquica e novas formas de política emergem livremente do estado de coerção; 5) declínio da recepção passiva, em que a informação pode ser respondida; 6) declínio dos mediadores; 7) eficiência dos serviços; e 8) possível melhora nos problemas da democracia representativa.

A leitura desse capítulo da dissertação nos permite considerar alguns resultados que a comunicação política online gerou e o modo como isso modificou a forma de se fazer política no dias atuais.

Falamos em interatividade entre quem publica e quem acessa, contextualizada nas mudanças no modo da sociedade contemporânea de se comunicar, surgindo novos espaços públicos participativos em rede. A rede ocasionou também a transferência das estratégias no campo dos meios de comunicação de massa tradicionais para plataformas de comunicação digital, como é o caso dos sites e *fanpages* e também da transferência dos pronunciamentos em rádio, TV e palanques para meios conversacionais. Os sites e *fanpages* permitiram que a esfera política pudesse se comunicar diretamente com a esfera civil, sem que para isso houvesse a mediação do jornalismo.

1.3 LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

A Lei de número 12.527, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), foi publicada em 18 de novembro de 2011, mas só entrou em vigor no dia 16 de maio de 2012. A mesma regulamenta o direito previsto no inciso XXXIII do art. 5º e no inciso II do § 3º do art. 37, que diz que todos e todas têm direito a receber dos órgãos públicos informações que sejam de interesse particular, coletivo ou geral, com exceção daquelas cujo sigilo seja

imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. Nesse sentido, qualquer informação de interesse público e o acesso a ela passam a ser um direito do cidadão.

Ela também regulamenta o que está no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 05 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

De acordo com o descrito no Art. 4º, inciso I desta Lei, informações são dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, registrados em qualquer suporte ou formato. Assim sendo, quaisquer informações públicas produzida pelos órgãos e entidades da Administração Pública devem estar ao acesso de todos. A administração pública é composta pela União, pelo Distrito Federal, pelos Estados e pelos Municípios.

Esta Lei representa uma mudança de paradigma em matéria de transparência pública, pois estabelece que o acesso é a regra e o sigilo, a exceção, segundo a cartilha produzida pela

Controladoria-Geral da União, intitulada “Acesso à Informação Pública: Uma introdução à Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011”.

A administração pública precisa observar alguns procedimentos para que essas informações possam de fato chegar ao acesso de todos. Esses procedimentos precisam estar em conformidade com os princípios básicos da administração pública, o chamado L.I.M.P.E.: Legalidade; Impessoalidade; Moralidade; Publicidade e Eficiência.

A Legalidade é estar de acordo com a lei, enquanto que por Impessoalidade entendemos ser imparcial, não dar preferências e agir conforme o princípio da igualdade no que diz respeito ao tratamento de pessoas e informações.

A Moralidade está ligada à ética, a princípios e valores que norteiam as ações. Esse princípio vai diretamente de encontro ao da Publicidade, que nada mais é do que tornar os atos administrativos públicos, estando estes disponíveis para serem acessados. Por último, a Eficiência trata do uso de maneira correta e sem desperdícios do dinheiro público.

A abordagem dessa Lei se justifica por estarmos trabalhando diretamente com o site oficial que veicula os atos administrativos do então governo de Michel Temer. Os órgãos públicos possuem prazos para o repasse das respostas diante de uma solicitação de informação. Se a informação estiver disponível, ela deve ser imediatamente repassada a quem a solicitou. Caso contrário, os órgãos possuem um prazo de até 20 dias para que o pedido seja atendido, podendo esse prazo prolongar-se por mais 10 dias mediante apresentação de justificativa cabível.

Muitos são os estudos que se debruçam a analisar a efetividade dos portais governamentais com base no que diz a Lei 12.527, esboçando um estudo de caso com base no pedido hipotético de informações a estes.

CAPÍTULO 2 – PROCESSO METODOLÓGICO

Neste capítulo, apresentaremos nosso objeto de estudo, destacando suas peculiaridades mais importantes. Em seguida, apresentaremos o método de análise usado, sua história e as etapas que é composto, tendo como referência Fonseca Jr. (2005), Bardin (2011) e Herscovitz, (2007). Relataremos também todas as modificações que o trabalho sofreu ao longo de sua escrita, no item “Adaptação metodológica”.

2.1 PEC 241/55 E O SITE DO PALÁCIO DO PLANALTO

Marcado por um cenário conturbado em meio a uma crise política instaurada, em 31 de agosto de 2016, a então Presidente da República, Dilma Rousseff, sofreu processo de *impeachment* e à frente do país passa estar seu vice, Michel Temer, como consta na Constituição de 1988.

Com a intenção de “tirar o país da crise” e recuperar a confiança de investidores no Brasil, para assim garantir a geração de empregos, Temer passa a adotar medidas econômicas que alteram até o mesmo os textos da Constituição, como é o caso do Projeto de Emenda Constitucional 241/55, que recebe esse nome justamente porque o objetivo de uma PEC é mudar algumas partes dos textos constitucionais sem que para isso seja preciso a convocação de uma Assembleia Constituinte. Assembleia Constituinte configura-se como um comitê que tem por tarefa redigir ou reformar a Constituição com ordem político-institucional de um Estado.

De autoria do Poder Executivo e tendo sido apresentada pela primeira vez em junho de 2016, a PEC do teto dos gastos públicos, como é popularmente chamada, determina que as despesas públicas cresçam apenas o percentual equivalente à inflação do ano anterior. A medida valerá pelos próximos vinte anos, mas em dez anos poderá ser revisada. A sua duração pré-estabelecida é o que a inscreve no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). Além disso, ficam estabelecidos, para cada exercício, limites individualizados para as despesas primárias.

Por se tratar de uma Proposta de Emenda Constitucional, o projeto de teto para gastos públicos teve de ser aprovado em duas votações com apoio de pelo menos três quintos dos deputados (308) e depois mais duas vezes por três quintos dos senadores (49). O número de votações no qual a Emenda passou foi determinante para a organização do nosso trabalho,

visto que foi com as datas em que elas ocorreram que pudemos selecionar as notícias para serem analisadas.

Ao estabelecer um limite de gastos para cada um dos três poderes, o governo afirma ser isso uma garantia da autonomia de cada um dos três poderes, evitando que apenas o Executivo dite os limites de cada.

Os órgãos públicos que não respeitarem tal medida não poderão reajustar salários de servidores; receber subsídios ou incentivos; realizar contratações e nem concursos públicos.

Com a sua promulgação em dezembro de 2016, ou seja, quando a Emenda passou a vigorar na prática, seu nome mudou mais uma vez para Emenda Constitucional de número 95.

A PEC 241/55 norteia nosso objeto de estudo, as notícias. Situadas no Site do Palácio do Planalto, partimos da perspectiva de oficialidade dele, por ser uma via de comunicação que veicula informações diretamente do Gabinete Presidencial do Brasil. Endereçado como www2.planalto.gov.br, ao navegarmos por ele é possível que nossos esforços sejam diminuídos ao clicarmos em abas que nos direcionam diretamente a conteúdos específicos, como notas oficiais, áudios, entrevistas, notícias, etc. Essas abas também podem ser entendidas como uma forma de recorte diante do vasto conteúdo que esse suporte nos oferece para análise.

Além da atualização diária com notícias, reconhecemos que o site, visualmente, cumpre com os objetivos da Comunicação Governamental, pois facilita o acesso as informações através de seus campos. Entretanto, quando entramos em contato, por meio da LAI, em busca de uma atualização sobre a PEC, não obtivemos respostas.

2.2 PEC 241/55 ENQUANTO ACONTECIMENTO POLÍTICO

De maneira mais involuntária do que voluntária, somos agentes receptores de um bombardeio de notícias que chega a todo instante até nós através das tecnologias da informação e da comunicação. Toda notícia é o relato de um acontecimento, posterior a construção de sentidos e recortes que são feitos por quem a produz. É sobre o termo acontecimento e suas especificidades e vínculos com o jornalismo que falaremos agora, ancorado nos principais autores sobre o tema, como Louis Quéré (2005), José Rebelo (2006), Isabel Babo Lança (2006), Vera França (2012) e Patrick Charaudeau (2006), ao nos apresentar o processo no qual um acontecimento é sujeitado até que vire notícia.

Para que atenda ao nome de acontecimento, um fato ou ocorrência passa por uma série de particularidades, que iremos esmiuçá-las abaixo. Há ainda autores que nomeiam os

acontecimentos e os dividem em determinados tipos como uma forma de organizar os estudos, as conceituações e os saberes³.

A premissa quando tratamos de acontecimentos é que eles devem romper, mesmo que por pouco tempo, com a realidade em que se encontram, afetando a normalidade e a ordem das coisas. São entendidos além de um simples fato devido aos sentidos que portam e às transformações que geram, já que eles mesmos introduzem novas realidades interpretativas, o que Quéré (2005) chama de poder de revelação e de transformação.

Ao acontecerem, não apenas acontecem como acontecem para alguém, modificando os elementos constitutivos do afetado e influenciando na experiência deste, outro ponto que o diferencia de um simples fato. Essa experiência particular gerada é fruto da transação por ele fabricada e fornece os subsídios para a construção da sua e da identidade de quem por ele é atingido.

Ao ocasionar uma ruptura, desencadeia uma busca aos motivos e explicações que fizeram com que ele ocorresse, gerando assim uma dualidade temporal, explicada por Quéré (2005)

o acontecimento desdobra-se para o passado e alonga-se para o futuro. Desdobra-se para o passado para desfiar de analogias que desencadeia [...] e alonga-se para o futuro, já que, só posteriormente, é possível avaliar as suas conseqüências e determinar com precisão os contornos das novas situações, por ele criadas ou reveladas. (QUÉRÉ, 2005, p. 56).

Essa dualidade temporal ainda concederá ao acontecimento as características de explicável e explicativo: explicável devido às narrativas que em cima dele serão produzidas - e aqui entra o papel do jornalismo, na construção do acontecimento jornalístico; e explicativo “pelo poder que transporta, como revelador daquilo que transforma, nas coisas e nas pessoas” (QUÉRÉ, 2005, p. 56). As explicações servem como uma busca pela normalidade que o acontecimento impactou.

Em suma, o acontecimento, ao realizar-se

parece encerrado. Está inteiramente contido no presente da sua ocorrência. Não o extravasa. Inscreve-se bem no tempo: tem um início, um fim e uma certa duração. Pode ser situado e datado com precisão, através de utensílios convencionais de medida do tempo e de localização no espaço. Podem medir-se, também, as distâncias entre os acontecimentos; verificar se são contemporâneos ou não; construir séries ordenadas em função do antes e do depois (QUÉRÉ, 2005, p. 66)

³ Ver sistematização proposta por Berger e Tavares (2009)

Babo Lança (2006) ainda define acontecimento como sendo “da ordem do inesperado, do novo ou do inédito, introduzindo uma descontinuidade e comportando uma parte de indeterminação” (p. 86).

Neste sentido, o atentado às Torres Gêmeas, em 11 de setembro de 2001, em Nova York, configura-se como um belo exemplo portador destas e demais características conferidas a um acontecimento. Ele introduziu uma descontinuidade, não oferecendo condições de previsão; alterou a realidade dos sujeitos afetados, que por isso mesmo lhe atribuíram sentido; e passou por todo processo de busca por explicações e, mais tarde, apontamentos de consequências, até ser introduzido no campo do jornalismo.

Esse processo pode ser visualizado também quando Rebelo (2005) cita Ricoeur (1991) que diz que o desenvolvimento do acontecimento passa por três fases: a emergência do acontecimento, a procura de sentido e a diluição do acontecimento na narrativa construída a seu propósito (p. 18)

Igual ou de consequências ainda maiores do que os acontecimentos do campo social estão os do campo político. Estes, também dotados de suas particularidades, assumem todas as características já citadas que os fazem estar acima da posição de meras ocorrências. Por vezes, afetam tanto a vida das pessoas que as levam a ter experiências que vão além da pacífica recepção das decisões tomadas e as fazem emergir para um estado de discordância, que acarreta em manifestações de cunho presencial e/ou virtual.

Os exemplos de acontecimentos do campo político permitem irmos além das menções encontradas em textos sobre o assunto que, na maioria das vezes, citam apenas as catástrofes naturais ou não como referências.

Contextualizando com a pesquisa em questão, acontecimentos como a PEC 241/55, suscitam diversas experiências em diferentes sujeitos. De forma individualizada, cabe aqui levar em consideração as posições ideológicas desses sujeitos, que os fazem ser a favor ou contra ou a não tomar posição alguma sobre o assunto e suas consequências. Também é importante que seja pensado, agora de maneira coletiva, em quais grupos os sujeitos afetados se encontram e de que forma por eles são sensibilizados.

Por último, mas não menos importante, não podemos descartar o papel dos formadores de opinião e dos jornalistas na busca incessante por estratégias que conquistem o apoio e a compreensão da população para a implantação de reformas e projetos de emendas como este.

Queré (2005), mesmo não referindo-se aos acontecimentos políticos, em uma passagem exemplifica bem o que foi dito acima, quando relata que o acontecimento

terá podido atingir sujeitos, individuais ou colectivos, fazer vítimas e sobreviventes, provocar, nos indivíduos e nas colectividades, sensações, emoções e reacções, satisfazer ou desiludir, alegrar ou horrorizar, satisfazer ou desesperar, aterrar ou traumatizar, alterar as vivências para o bem ou para o mal, resolver situação das pessoas ou colocar-lhes novos problemas (QUÉRÉ, 2005, p. 67)

Quando inseridos no campo jornalístico, os acontecimentos deixam de fazer parte de uma certa realidade e passam a compor outras e assim ganham formatos e significações diferentes, com a condição que estes não penetrem na experiência do leitor, visto que o jornalismo atua segundo seus próprios princípios (QUÉRÉ, 2005, p. 73) ou como afirma França (2012) “a teoria do jornalismo desenvolve toda uma tipologia da notícia para definir e classificar o que é ou não é relevante” (p. 12). É assim que passam a ser construídas as narrativas sobre os acontecimentos, transformando-os em discursos.

Charaudeau (2006), em seu livro “O Discurso das Mídias”, defende a ideia de que todo acontecimento é sempre construído. Ele chega até os produtores da notícia em seu estado bruto, mas não é em seu estado bruto que é comercializado. Assim sendo, até que se torne notícia, o acontecimento depende do olhar do sujeito que se estende sobre ele. Da mesma forma que o narrador traduz a sua experiência vivida na criação simbólica da narrativa (FRANÇA, 2012).

Dir-se-á que o olhar do sujeito que estrutura o acontecimento é também duplo: o olhar do sujeito ao produzir o ato da linguagem que transforma o acontecimento bruto em acontecimento significante, e o olhar do sujeito interpretante que reestrutura o acontecimento previamente significado, segundo sua própria competência de inteligibilidade (p. 96).

Ainda em relação aos produtores das notícias, Charaudeau (2006) diz que o acontecimento será selecionado e produzido conforme os seus potenciais de atualidade, sociabilidade e de imprevisibilidade. Rebelo (2005) também cita os potenciais que uma ocorrência necessita alcançar para que se torne acontecimento.

Na visão deste último, o potencial de atualidade refere-se quando a ocorrência se produz no nosso espaço e tempo, transformando-se, dessa forma, em acontecimento; o potencial de relevância associa-se com a capacidade desta em provocar uma ruptura no nosso quadro de vida; já o potencial de pregnância, nos gera a necessidade de reconstruir o nosso quadro de vida, momentaneamente afetado pelas consequências do acontecimento.

Charaudeau (2006) interessa-se mais com o processo de construção do acontecimento do que com ele próprio. O autor designa esse processo como processo evenemencial e aponta ainda que para que o acontecimento seja compreendido se faz necessária a produção de uma

modificação, a percepção dessa modificação e que essa percepção possa se inscrever em uma rede de significações.

A modificação é a premissa já abordada aqui de todo acontecimento: a necessidade deste de mudar alguma coisa, de promover uma ruptura, um desequilíbrio. A percepção dessa ruptura se faz necessária no momento em que, para que atenda aos critérios de acontecimento, deve acontecer para alguém. Nessa parte do texto, Charaudeau (2006) indaga “de que serve a chuva que cai se ninguém percebe esse fenômeno?” (p.100). Por último, a significação remete ao interesse do sujeito no acontecimento em questão.

Miguel Alsina, em seu livro “A construção da notícia”, datado em 2009, também aponta alguns critérios que entende como essenciais para que os acontecimentos adquiram esse título. São eles: a variação do ecossistema; a comunicabilidade do fato e a implicação dos sujeitos.

Dentre os autores já mencionados, ele é o que melhor sintetiza a influência do meio (ou como ele mesmo aponta, do “sistema”) como responsável pela fixação do que vem a ser entendido como acontecimento. “O acontecimento está dentro de um sistema e é esse sistema quem caracteriza e classifica determinados fenômenos como acontecimento jornalístico ou não.” (FERREIRA, 2005, p. 45).

A PEC 241/55, segundo os critérios de Alsina (2009), atende por acontecimento por provocar uma variação no ecossistema, já que ela quebra com normas pré-estabelecidas e passa a pôr em vigor outras capazes de afetar diretrizes sociais e econômicas da sociedade.

A mídia massiva, por intermédio de seus aparatos e desfrutando da credibilidade que lhe é concedida, culminou para que a pauta em questão atingisse altos níveis de comunicabilidade, fazendo com que a notícia passasse a integrar o mercado da comunicação e assinalando assim o segundo critério apontado por Alsina (2009). As mídias oficiais do governo, como o site do Palácio do Planalto, preocuparam-se a todo instante em apontar os benefícios que a Emenda traria para o país, caracterizando-a como a única solução cabível para o atual cenário de crise econômica que o Brasil passava naquele período.

Por último, todo acontecimento implica diretamente no sujeito e em seus modos de pensar. Essa implicação se deve à maneira como ele será produzido para esse sujeito que agora passa a virar destinatário.

Babo Lança (2006), França (2012) e Quéré (2005) compartilham da mesma ideia de que a mídia tende a normalizar as situações criadas pelos efeitos dos acontecimentos, seja veiculando-os de forma massiva ou repondo-os a título de acontecimentos passados,

“degradação do acontecimento efectuado no e pelo dispositivo midiático”, como aponta Quéré (2005, p. 73).

A abordagem do conceito de acontecimento, acompanhado de suas particularidades, deve-se ao fato da pesquisa em questão ter sofrido alterações em seu método de análise, emergindo a necessidade de ser feita uma seleção das notícias a serem analisadas. Essa seleção levou em conta cinco principais acontecimentos relacionadas com a PEC 241/55.

Dessa forma, passaremos a trabalhar com cinco micro-acontecimentos que estiveram presentes no percurso que o macro-acontecimento, a PEC 241/55, percorreu em meio às instâncias políticas: anúncio da emenda; aprovação em primeiro turno na Câmara dos Deputados; aprovação em segundo turno na Câmara dos Deputados; aprovação em primeiro turno no Senado e promulgação no Congresso.

2.3 ANÁLISE DE CONTEÚDO

2.3.1 A história da Análise de Conteúdo

Entendida como um conjunto de instrumentos metodológicos, a análise de conteúdo (AC) teve sua origem no século passado, nos Estados Unidos, com um dos fundadores dos estudos de comunicação no país, Harold Laswell (1902-1978) e vinculada a corrente positivista, com grande desenvolvimento nos últimos cinquenta anos. As bibliografias pesquisadas apontam que a corte suíça usava do método para analisar minuciosamente uma coleção de noventa hinos religiosos anônimos com o intuito de descobrir se esses passavam algum tipo de ideia indesejada. Mais adiante, antes mesmo de ser incluída no campo da comunicação, foi usada também no estudo da propaganda nazista; no diagnóstico de pacientes por meio da análise das gravações das entrevistas terapêuticas; ao compreender as mentalidades sociais, na sociologia, entre outros (FONSECA Jr, 2005). Hoje ainda é usada para

detectar tendências e modelos na análise de critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamentos. Serve também para descrever e classificar produtos, gêneros e formatos jornalísticos, para avaliar características da produção de indivíduos, grupos e organizações, para identificar elementos típicos, exemplos representativos e discrepâncias e para comparar o conteúdo jornalístico de diferentes mídias em diferentes culturas (HERSCOVITZ, 2007, p. 123).

Ao falarmos da ligação que a análise de conteúdo tem com a corrente positivista nos referimos à contribuição desta no sentido de valorização das ciências exatas. As marcas do positivismo estão presentes desde as primeiras definições sobre AC, no sentido desta ser compreendida como uma técnica de pesquisa objetiva, sistemática e quantitativa. Ou seja, como uma “reação contra a antiga análise de texto, excessivamente subjetiva, e de uma necessidade de sistematização imposta pelo prodigioso desenvolvimento da comunicação de massa” (KIENZ, 1973 *apud* FONSECA, Jr, 2005, p. 282). Evitando-se também a análise de fatores não quantificáveis surgiu o caráter quantitativo da análise de conteúdo, onde tudo devia ser computado matematicamente (HERSCOVITZ, 2007).

A abordagem qualitativa desse método veio com o início de pesquisas acerca do sensacionalismo imposto pela mídia e quando algumas disciplinas como psicologia, história e sociologia passaram a usufruir do método também em suas pesquisas. Quanto a comunicação, a AC contribuiu em investigações sobre opinião pública e propaganda política. Mas Bardin (1988) cita que o grande impulso do método aconteceu durante a Segunda Guerra Mundial, quando as pesquisas estiveram a serviço do governo americano com o objetivo de desvendar periódicos e agências de notícias que veiculavam propagandas que causavam revolta.

Passado o período de guerra e com ela a crise epistemológica que esse método enfrentou, em 1955 a AC acendeu o interesse de vários pesquisadores que passaram a incorporá-la em suas pesquisas. Fonseca Jr. cita Bardin que diz que “o aspecto mais importante desse período consistiu na superação da excessiva ênfase no aspecto quantitativo” (p. 283). Assim, podemos dizer que a análise de conteúdo possui uma característica híbrida, podendo ser vista como um método que abrange elementos quanti e qualitativos. A respeito disso, não faltaram críticas de ambos os lados: enquanto alguns pesquisadores a criticavam por ser superficial e não considerar conteúdos latentes e nem seus contextos, outros diziam ser ela um método não suficiente na definição de categorias (HERSCOVITZ, 2005).

Com isso, a análise de conteúdo passa a tomar consciência de que a sua função é a inferência, “uma operação lógica destinada a extrair conhecimento sobre os aspectos latentes da mensagem analisada” (FONSECA Jr, 2005). É por meio dela que se avalia e se adivinha as intenções que estão por trás de uma mensagem. Para Fonseca Jr., o melhor exemplo dessa tendência é a definição que Krippendorff fez ao dizer que “a análise de conteúdo é uma técnica de investigação destinada a formular, a partir de certos dados, inferências reproduzíveis e válidas que podem se aplicar a seu contexto” (p. 284). Herscovitz (2007) diz ainda que se parte da humanidade desaparecesse e se essa humanidade estivesse de alguma forma registrada, a análise de conteúdo seria o método mais eficiente para se fazer buscas por

essa humanidade, justamente devido a sua capacidade de fazer inferências sobre documentos impressos ou gravados (p. 123).

Por fim, esse mesmo autor, baseado em suas posturas, define a análise de conteúdo como

método de pesquisa que recolhe e analisa textos, sons, símbolos e imagens impressas, gravadas ou veiculadas em forma eletrônica ou digital encontrados na mídia a partir de uma amostra aleatória ou não dos objetos estudados com o objetivo de fazer inferências sobre seus conteúdos e formatos enquadrando-os em categorias previamente testadas, mutuamente exclusivas e passíveis de replicação (p. 127).

O já citado Harold Lasswell foi o primeiro grande nome que contribuiu para a análise de conteúdo no campo da comunicação quando, em 1915, se voltou para a análise de textos da imprensa e da propaganda, o que permitiu que a AC se consagrasse como um conjunto de técnicas de análise de comunicações. O seu modelo de comunicação que apontava cinco questões para a compreensão das mensagens da mídia (Quem? Diz o quê? Através de que canal? A quem? Com que efeito?) abriu caminhos para diferentes possibilidades de investigação, inclusive para a análise de conteúdo. Os interessados no “diz o que” ocuparam-se dessa metodologia para obtenção das respostas.

Um enfoque que não pode passar despercebido ao nos referirmos a análise de conteúdo diz respeito a uma de suas principais peculiaridades, sua perspectiva híbrida. O termo híbrido nos remete aos termos heterogêneo, misturado e misto e a análise de conteúdo é um método que abraça duas grandes abordagens, a qualitativa e a quantitativa, o que justifica tal nomenclatura. Enquanto que a abordagem quantitativa diz respeito a frequência de aparição de determinado elementos, a abordagem qualitativa se refere a tudo que é não frequencial e passível de ser feito inferências.

Ao longo dessa parte do seu livro, Bardin (2011) diferencia uma abordagem da outra ao apontar os principais fundamentos de cada e conclui dizendo que o que caracteriza a análise qualitativa é o fato da inferência sempre recair sobre o índice e não sobre a frequência com que aparece.

A discussão abordagem quantitativa *versus* abordagem qualitativa marcou um volta-face na concepção da análise de conteúdo. Na primeira metade do século XX, o que marcava a especificidade desse tipo de análise era o *rigor* e, portanto, a *quantificação*. Depois, compreendeu-se que a característica da análise de conteúdo é a *inferência* (variáveis inferidas a partir de variáveis de inferências ao nível da

mensagem), quer as modalidades de inferência se baseiem ou não em indicadores quantitativos (BARDIN, 2011, p. 146).

Atualmente, fica inviável separar o campo quantitativo da análise de conteúdo do seu campo qualitativo, visto que importa compreender tanto o significado visível dos textos, quanto aqueles que estão implícitos, ambos imersos em seus contextos particulares, com seus públicos e meios de comunicação próprios e também porque os resultados aparecem melhores quando se emprega ao mesmo tempo a contagem de frequências de conteúdo manifesto (quantitativa) e avaliação de conteúdo manifesto (qualitativa). Herscovitz (2007) diz que essa “necessidade de integração dos campos” (p. 126) é devido a polissemia presentes nos textos e que essa polissemia acaba atribuindo lhes inúmeros significados e interpretações, não podendo serem compreendidos fora de seus contextos.

2.3.2 As etapas da análise de conteúdo

Depois de evidenciarmos o caminho que a análise de conteúdo percorreu até tornar-se hoje esse importante conjunto de técnicas de análise de comunicação, apontaremos agora as etapas que compõem este processo. Tomaremos como base as escritas dos já citados Fonseca Jr. (2005) e Bardin (2011). Essa última foi quem organizou o método em cinco etapas: organização da análise; codificação; categorização; inferência e tratamento informático.

Mas antes de entrarmos nas etapas propriamente ditas da análise de conteúdo, se faz necessário abordar alguns pontos importantes que permeiam uma pesquisa científica, mais especificamente o seu início.

Primeiramente, toda pesquisa científica se caracteriza por haver um desejo de compreensão de certas questões. O seu ponto de partida deve ser baseado em um problema sólido que irá ser respondido com base em teorias sobre o assunto determinado e com a utilização de procedimentos já consagrados no âmbito das pesquisas científicas. Há autores que defendem que o melhor a ser feito por primeiro é estabelecer os objetivos da pesquisa, ou seja, o que se pretende ao final dela.

A primeira etapa para a execução da análise de conteúdo apontado por Bardin (2011) e citado por Fonseca Jr. (2005) diz respeito a organização da análise. Nesta etapa, acontece outras três sub-etapas: pré análise; exploração do material e tratamento dos resultados obtidos e interpretação. A pré análise e consiste no primeiro contato com os materiais que serão utilizados e é onde as ideias são sistematizadas, com o objetivo que ocorra uma organização

propriamente dita. É na pré análise que se realiza a a) leitura flutuante, análise dos documentos de forma que impressões e orientações aconteçam; b) a escolha do universo dos documentos que serão analisados, etapa que antecede a constituição do corpus, conjunto dos documentos que serão submetidos às técnicas de pesquisas e que obedece à regras como a da exaustividade, da representatividade e de pertinência; c) a formulação das hipóteses e dos objetivos, entendidos como a afirmação que irá vir a ser confirmada ou infirmada e a finalidade geral da pesquisa, respectivamente; d) a referenciação dos índices e a elaboração de indicadores, que serão escolhidos com base nas hipóteses que forem determinadas e por fim, e) a preparação do material, antes mesmo da análise.

O processo seguinte que encerra a primeira etapa da análise de conteúdo intitula-se tratamento dos resultados obtidos e interpretação, que como o próprio nome já diz, é quando os resultados são examinados de forma que se tornem significativos e válidos, estabelecendo-se quadros de resultados, por onde o analista poderá formular suas próprias inferências e adiantar interpretações com base nos objetivos pré-estabelecidos.

A segunda etapa da análise de conteúdo é a codificação. Os dicionários, formais e informais, apontam que codificar significa estabelecer os sinais de um código. Na análise de conteúdo, a codificação consiste na transformação, segundo regras determinadas, dos dados brutos de um texto e ocorre através das seguintes escolhas: o recorte e a enumeração.

Por meio do recortado texto são escolhidas as unidades de registro e as unidades de contexto, dois itens que devem dar conta de abarcar a pertinência do recorte feito. Considera-se unidade de registro as partes de uma unidade de amostragem, indicada na constituição do corpus. Dentre as unidades de registro mais utilizadas estão a palavra, o tema, o objeto ou referente, o personagem, o acontecimento e o documento. Já as unidades de contexto correspondem ao segmento da mensagem, que por vezes se faz necessário fazer referência ao contexto na qual estão inseridas para que assim possa ser entendida a significação das unidades de registro. Para Bardin “é possível testar as unidades de registro e de contexto em pequenas amostras, a fim de que nos asseguremos que operamos com os instrumentos mais adequados” (2011, p. 137).

A codificação é constituída ainda pela enumeração, processo que permite serem escolhidas as regras de contagem, ou seja, o modo de quantificação das unidades de registro que levarão a criação dos índices. Bardin aponta até seis tipos de enumeração que Fonseca Jr. as reúnem em três grupos: a) frequência com que um símbolo, ideia ou tema aparece. A sua importância aumenta conforme o número de vezes que aparece; b) a quantidade de traços positivos ou negativos de um símbolo, ideia ou tema serve como medida de orientação ou

tendência e c) a quantidade de associações feitas diante de um símbolo, ideia ou temapodeser compreendida como uma medida de intensidade ou força.

Passando-se para a terceira das cinco etapas da análise de conteúdo, nos deparamos com a categorização. Categorizar alguma coisa consiste “no trabalho de classificação e reagrupamento das unidades de registro em número reduzido de categorias, com o objetivo de tornar inteligível a massa de dados e sua diversidade” (FONSECA Jr., 2005, p. 298). A categorização é algo que está inerente à nossas vidas desde as atividades primárias e tem como principal objetivo “fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos” (BARDIN, 2011, p. 149).

Para classificar os elementos em categorias é preciso que se investiguem o que cada um deles tem em comum. A parte em comum uns com os outros é o que permite que sejam agrupados. A categorização na análise de conteúdo passa por dois processos: o inventário, quando isola-se os elementos e a classificação, quando os elementos são repartidos em grupos correlatos. Para Bardin (2009, p. 149-150), um conjunto de categorias boas deve ter as seguintes características: a) exclusão mútua: um elemento não pode ocupar mais de uma categoria; b) homogeneidade: na mesma categoria só deve existir unidades de registro de igual natureza; c) pertinência: a pertinência de uma categoria existirá quando essa ir de encontro ao material de análise escolhido. A categoria deve refletir as intenções da investigação, as questões do analista e corresponder as características das mensagens; d) objetividade e fidelidade: procedimentos de classificação objetivos garante fidelidade nos resultados e e) produtividade: os conjuntos de categorias devem oferecer resultados férteis em termos de inferências, dados e novas hipóteses.

Chegamos à quarta etapa da análise de conteúdo chamada de inferência. Como já mencionado, fazer inferência é centrar-se em aspectos implícitos, é a leitura que o analista faz de forma a evidenciar mensagens e significados que se encontram em segundo plano. É um processo de adivinhação e, enquanto etapa, se apoia nos mecanismos que constituem o clássico modelo de comunicação (emissor/produtor de mensagem, mensagem e receptor). Fonseca Jr. (2005) agrupa os processos de inferência em dois grandes grupos: inferências específicas e inferências gerais. As específicas se referem à situação específica do problema investigado, enquanto que as gerais extrapolam os fins específicos do mesmo problema.

Tratamento informático, por fim, corresponde à quinta e última etapa da análise de conteúdo, como aponta Bardin (2011) e aborda questões referentes ao uso dos computadores e da tecnologia como instrumentos auxiliares para o processamentos de dados da análise de conteúdo. Com isso, temos o computador dividido em três espécies na AC: análises

estatísticas, auxílio nos estudos e descobertas e análise de conteúdo por computador.

Nas análises estatísticas os dados são classificados, organizados, transformados e descritos em índices numéricos para serem processados em softwares. O auxílio nos estudos e descobertas se faz necessário quando a intenção é formar um panorama geral sobre uma grande quantidade de material textual. Quando se tem o objetivo de retratar aspectos do contexto social dos dados adere-se a análise de conteúdo por computador.

2.4 ADAPTAÇÃO METODOLÓGICA

Diante das especificidades e formatos de conteúdos que o site do Palácio do Planalto oferece pra quem quer que navegue por ele, começamos a adotar critérios de seleção para a análise destes conteúdos baseados no método que escolhi para apresentação dos resultados (a Análise de Conteúdo) e na importância que tais formatos estavam dando para o objeto da minha pesquisa, as notícias a respeito da PEC 241/55.

A aba “notícias” e o formato como os textos nela são apresentados foi a aba que melhor conformidade teve diante da proposta, configurando-se esse como o primeiro critério de seleção adotado para chegarmos ao acúmulo de material para ser analisado. Tendo esta pesquisa como interesse as estratégias do discurso político no governo de Michel Temer e sendo a PEC 241/55 uma Proposta de Emenda de procedência deste governo, as notícias a serem analisadas estão entre os dias 31 de agosto de 2016, dia em que Temer tomou posse após o *impeachment* de Dilma Rousseff, até o dia 15 de dezembro de 2016, data que atende ao quarto critério de seleção descrito anteriormente.

O primeiro critério de seleção originou o segundo, devido ao extenso conteúdo encontrado na aba notícias, a partir do dia 31 de agosto de 2016. Dessa forma, foram selecionadas todas as notícias em que as palavras “PEC”, “PEC 241/55”, “teto dos gastos públicos” ou semelhantes, que remetem à Emenda, estivessem presentes no título da matéria e/ou nas *tags* destas.

Na sequência, realizamos uma análise teste dessas notícias para verificarmos a pertinência das mesmas. Ao selecionarmos todas as notícias que atendessem ao caráter descrito a cima, referentes ao mês de outubro de 2016, encontramos um total de 40 matérias. Dessas 40 matérias surgiram as quatro categorias desta pesquisa que ancoram-se ao método de análise: 1) Apresentação e explicação da Emenda; 2) Prioridades da Emenda (saúde e educação); 3) Agilidade para aprovação da Emenda e 4) Emenda objetivando confiança, credibilidade e investimentos no Brasil.

A primeira categoria é formada por todos os textos das matérias selecionadas que apresentam a PEC 241/55, explicando quais são seus objetivos, os porquês dela ter sido criada, quais os benefícios para o Brasil e, conseqüentemente, para os brasileiros. Encontramos também as conseqüências possivelmente positivas que a sua aprovação trará para a economia brasileira, visto que ela foi criada como sendo o mecanismo de maior validade para tirar o Brasil da crise.

Diferente do que encontramos em fontes oficiais como o site do Palácio do Planalto, outros meios explicam que essa proposta tem por objetivo congelar os investimentos públicos em áreas sociais como saúde e educação pelos próximos 20 anos. Dessa forma, o governo enxergou a necessidade de produzir e veicular notícias que desmentissem o senso comum e explicam, mais uma vez, a PEC 241/55 como uma proposta que prioriza a saúde e a educação, o que culminou na nomenclatura da nossa segunda categoria de análise.

Como já citado, na visão de Michel Temer e seus aliados, essa proposta é o principal caminho que o novo governo vem traçando para fazer a travessia do país para fora da crise, fato que justifica a pressa dos parlamentares em aprová-la, de preferência em primeiros turnos. As notícias que apresentaram esse caráter foram encaixadas na terceira categoria, denominada agilidade para a aprovação da Emenda.

Por último, as matérias nos permitiram concluir que só depois de aprovada e com a crise dada por vencida é que o Brasil reunirá as condições necessárias para tornar-se um país digno do resgate da confiança, da credibilidade e de novos investimentos. Esses fatores só se legitimarão com a aprovação da PEC 241/55, tema da nossa quarta e última categoria.

No decorrer do trabalho, emergiu a necessidade de um terceiro critério de seleção ser adotado por conta do número de notícias ser muito volumoso. Assim, passamos a trabalhar com o conceito de “acontecimento político” e elencamos seis micro-acontecimentos que envolveram o macro-acontecimento, a criação da PEC 241/55: 1) Anúncio da Emenda: uma semana após entrada de Temer na presidência; 2) Aprovação em primeiro turno na Câmara dos Deputados; 3) Aprovação em segundo turno na Câmara dos Deputados; 4) Aprovação em primeiro turno no Senado; 5) Aprovação em segundo turno no Senado e 6) Promulgação no Congresso Nacional.

Configurando-se como um quarto critério de seleção, elegemos o período de tempo de uma semana para cada acontecimento. Assim sendo, resultamos em uma notícia no primeiro acontecimento; 12 notícias no segundo acontecimento; 17 notícias no terceiro acontecimento; três notícias no quarto acontecimento; cinco notícias no quinto acontecimento e as mesmas

cinco notícias do quinto acontecimento corresponderam às notícias do sexto acontecimento, chegando a um total de 38 notícias.

Depois de termos categorias criadas e acontecimentos selecionados, segundo modos previamente pensados, precisávamos, então, constatar quais seriam as estratégias empregadas nas notícias acerca da PEC 241/55, no site do Palácio do Planalto.

Concluindo, arquitetamos um quadro que fosse capaz de sintetizar todas as estratégias mapeadas com suas respectivas descrições, segundo as referências pesquisadas:

Quadro 1- Estratégias mapeadas e suas respectivas definições

Estratégia	Definição
Personalização da figura do político	Quando por meio da fala ou gestos o político individualiza características.
Estabelecimento de alianças com diferentes partidos e sujeitos das elites	Pacto que determinado fidelidade.
Desqualificação do adversário	Evidenciar as fraquezas e todos os valores que o adversário possui e que por quem fala são rejeitados.
Crença no papel	O ator deve acreditar que tudo aquilo que ele está representando é de fato real, para assim convencer o público.
Fachada	Todos os equipamentos e acessórios usados pelo ator ou no cenário que ele se encontra que ajudarão a confirmar o discurso e a impressão que ele deseja passar.
Realização dramática	Quando o político, no momento da encenação de seu papel, precisa recorrer ao drama para tornar significativo tudo o que ele pretende expressar.
Idealização	Representação que precisa ser adaptada conforme a sociedade na qual o candidato está de frente. Precisa mostrar que possui características como equilíbrio e eficiência, mesmo que não as tenha.
Manutenção do controle expressivo	Surgimento da necessidade de tomar uma providência para que os acontecimentos, em sua maioria, não passem uma impressão errada.
Representação falsa	Aqui, cada ator precisa ter um cuidado redobrado em relação a tudo que fala diante da plateia. É nesse sentido que ao usar essa técnica, o ator político consegue manter uma distância considerável em relação ao público na qual se dirige e essa

	distância faz com que ambos cooperem entre si.
Comunicação reativa	Aquela feita quando o governo se enxerga diante de um imprevisto ou conflito, precisando agir de forma planejada, porém inesperada.
Comunicação proativa	Tem a intenção de alterar a agenda da população. De forma estratégica isso é feito quando um problema é bem comunicado e logo após sua solução.
Comunicação contável	Tem por objetivo lembrar aos eleitores as conquistas de determinada gestão.
Campanha eleitoral	
Comunicação de escuta	É indispensável para todo governo escutar, estar em contato com as pessoas, ter consciência do que se passa e permanecer sempre aberto, já que as pessoas têm a necessidade de serem escutadas. Outro ponto é que os governantes devem saber receber ideias na hora de desenvolver as políticas públicas.
Justificação por meio de dados e índices	
Campanha permanente	Campanha realizada nos períodos ditos “não eleitorais”.
Escolha dos valores	Importa não abandonar as suas próprias convicções, mas também incorporar os valores que correspondem aos da opinião pública, articulando esses dois pontos de maneira estratégica.
Dramatização do discurso	Tornar o discurso interessante e comovente como um drama, texto que tem como cunho a encenação.
Construção da imagem (<i>ethos</i>)	Maneira como o candidato deseja ser visto.
Estratégia de simplicidade	Simplificar falas é reduzir a complexidade de opiniões à expressões mais simples.
Raciocínio causal simples principista	Adesão ao projeto político proposto por meio de ideias mais simples.
Raciocínio causal simples pragmático	Forma de discurso com uma consequência mais ou menos certa, dando a entender que não existe outra saída além da enunciada
Estratégia do vago	Estratégias discursivas que não sejam muito explícitas e que pareçam vagas, mas não vagas a ponto de fazer com que ele perca sua credibilidade.
Estratégia do silêncio	Avaliação que os governos fazem de que é melhor evitar o anúncio das próximas decisões porque poderiam provocar reações diversas e com isso impedir a

	implantação do que é julgado necessário naquele momento.
Estratégia de denegação	Quando o político nega seu envolvimento ou o envolvimento de seus colaboradores em situações diversas.
Estratégia da razão suprema	Nos calamos quando sabemos que um superior tem uma razão maior; é em nome de interesses comuns que sabemos que devemos guardar segredo.
Estratégia de imprecisão:	São as considerações mais gerais, e por vezes ambíguas, feitas pelos governantes para que seja difícil incriminá-lo por ter mentido conscientemente.
Palavras de promessa	Palavras que tornam o discurso, ao mesmo tempo, idealista e realista.
Palavras de decisão	Estão inseridas em um contexto de desordem. Em seguida, inserem uma nova ordem para, finalmente, revelar as medidas que serão tomadas para isso.
Palavra de justificação	Discurso que justifica a razão de ser e os porquês das decisões tomadas.
Palavra de dissimulação	É o aspecto intrínseco do discurso político. O ator nunca pronuncia qualquer frase, pois trabalha com a previsão das críticas que irá receber, os efeitos e a organização de movimentos sociais diante do que foi dito.
O falar bem	Ao escolher falar bem, falar “bonito”, é preciso que se tenha cuidados quanto aos efeitos disso na recepção. Questões relacionadas ao tom de voz, a dicção, articulação e pronúncia clara irão influenciar na percepção do público.
O falar forte	Ter uma voz forte deve coincidir com um porte físico considerável, gestualidade ampla e enérgica, bom desempenho oratório e boa dicção.
O falar tranquilo	Quase que ao contrário do falar forte, o falar tranquilo representa a figura de um soberano paternal.
O falar regional	Caracterizado pelo tradicional sotaque, além de estabelecer uma relação de proximidade com quem também divide a mesma origem.
Enunciação elocutiva	Quando aquele que fala coloca-se em cena, revelando sua implicação e descrevendo seu ponto de vista.
Enunciação alocutiva	Quando o interlocutor é implicado no mesmo ato de linguagem.
Enunciação delocutiva	Quando se apresenta algo sem fazer

	parecer que outras pessoas estão presentes na implicação.
--	---

Fonte: Charaudeau (2006, 2008)

CAPÍTULO 3 – ANÁLISE E RESULTADOS

Neste capítulo apresentaremos a análise dos dados coletados. É aqui que toda teoria mistura-se com a liberdade de fazermos inferências sobre os resultados encontrados, mesclando vivências e evidências.

Ao enquadrarmos o primeiro acontecimento no método Análise de Conteúdo verificamos que todas as categorias, com exceção da terceira (agilidade para aprovação da Emenda), se sobressaíram, com destaque maior para a segunda categoria (prioridades da Emenda) que apareceu duas vezes na notícia analisada. Por ter sido uma das primeiras medidas a ser tomada pelo novo governo, deduzimos que no período investigado a equipe do governo se preocupou em explicar a medida à população, juntamente com seus benefícios gerais e para áreas específicas, como as prioritárias já citadas. Ainda não se criava uma expectativa para a sua aprovação em decorrência do pouco tempo em pauta.

Quadro 2- Análise de conteúdo e acontecimento 1

Apresentação e explicação da Emenda		
Data	Recorte do texto que origina a categoria	Link
11/09	“Porque o teto de gastos é o teto geral”, explicou o presidente”	http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/09/governo-amplia-investimentos-em-educacao-e-saude-diz-temer-a-o-globo
Prioridades da Emenda (saúde e educação)		
11/09	“Em entrevista a jornal, Temer garante mais recursos para a educação e a saúde” “Temer garantiu que a medida não só não representará prejuízo para a educação e a saúde, como prevê mais recursos federais para as duas áreas”	http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/09/governo-amplia-investimentos-em-educacao-e-saude-diz-temer-a-o-globo
Emenda objetivando confiança, credibilidade e investimentos no Brasil		
11/09	"Acho que, nesses próximos meses, especialmente quando nós aprovarmos o teto de gastos, quando encaminharmos a reforma da Previdência e ela começar a se processar no Congresso, o País vai crescer. Crescendo, cresce a arrecadação. Se cresce a confiança, cresce a arrecadação, cresce a estabilidade social”, afirmou.	http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/09/governo-amplia-investimentos-em-educacao-e-saude-diz-temer-a-o-globo

O segundo acontecimento, configurado como o primeiro passo para a continuação do processo que levaria à aprovação da Emenda, reuniu um número maior de notícias e, portanto, a possibilidade de todas as categorias identificadas durante a “leitura flutuante” manifestarem. Os conteúdos das notícias categorizadas e os próprios títulos evidenciam os seguintes efeitos: o presidente Michel Temer como a única pessoa que reúne todas as condições para mudar a atual situação do país e a PEC 241/55 como a única saída para isso; muitas tentativas de confirmar, por meio de textos e dados, que áreas como saúde e educação não serão prejudicadas com a nova proposta, mas que pelo contrário, passarão a receber mais investimentos; união e acordo entre os parlamentares diante das novas medidas adotadas pelo governo e confiança de que a Proposta continuará a ser aprovada em todas as instâncias.

Todos estes argumentos, analisados simultaneamente, nos fazem concluir que o governo reconheceu a necessidade, estrategicamente falando, de esclarecer a nova Proposta, visto que ela não foi positivamente aceita e entendida pela população, ao contrário do que foi para os parlamentares. Para isso foram apresentados dados, houve a construção de um “salvador” sobre a pessoa de Michel Temer e em diversos momentos a convicção de que a Emenda continuaria a ser aprovada, estratégia pensada para que o próprio leitor passe a adotar esta mesma convicção.

Quadro 3 – Análise de conteúdo e acontecimento 2

Apresentação e explicação da Emenda		
Data	Recorte do texto que origina a categoria	Link
10/10	<p>“ “É preciso enfrentar os desafios diante de nós, e o primeiro passo é a PEC do gasto. Temos de entender que precisamos fazer a transição do modelo de desenvolvimento, e ninguém mais do que o presidente Michel Temer reúne as condições para fazer essa travessia”, argumentou”;</p> <p>“Medida é determinante para reorganizar a economia”;</p> <p>“ “Precisa ficar claro que não temos outra alternativa para recolocar a economia nos trilhos senão a aprovação da PEC 241,</p>	<p>http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/10/calheiros-diz-que-temer-reune-as-condicoes-para-tirar-brasil-da-crise</p> <p>http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/10/em-jantar-no-alvorada-deputados-demonstram-uniao-para-aprovar-pec-dos-gastos</p>

<p>esse novo regime fiscal”, argumentou”;</p> <p>“Essa não é uma PEC do governo, essa é um PEC de todos nós brasileiros”, observou”;</p> <p>“ “É um novo conceito de ajuste fiscal”;</p> <p>“ “Tenho certeza que ela poderá se tornar uma cultura na administração pública brasileira”, afirmou”;</p> <p>“ “Em primeiro lugar, eu registro que o teto não é para a saúde, para a educação ou para a cultura. O teto é global”, disse Temer”;</p> <p>“ “Não existe teto para a saúde e para a educação, existe só um valor mínimo a ser aplicado”;</p> <p>“O texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241 permite organizar as contas públicas. Com a aprovação dela, o Orçamento poderá crescer apenas o equivalente à inflação do ano anterior. Isso, na prática, significa um avanço real zero. Ou seja, em algum momento, o País deixará de ter déficit primário”;</p> <p>“ “O gasto da educação vai seguir a regra constitucional que determina que 18% de tudo o que o governo arrecada tem de ser aplicado em educação. Nos anos seguintes, o valor mínimo a ser aplicado será corrigido pela inflação”, explicou”;</p> <p>“No caso da saúde, informou o secretário, o orçamento da área aumentará. A regra atual determina que 13,7% da arrecadação deveria ser aplicada na área. Com a PEC, o percentual</p>	<p>http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/10/pec-que-limita-os-gastos-publicos-preservara-saude-e-educacao-diz-temer</p> <p>://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/10/saude-e-educacao-estao-protegidas-no-texto-da-PEC-241</p>
--	---

<p>de 15%, que estava previsto anteriormente para ser atingido em 2020, vira realidade no próximo ano. Assim, o valor mínimo a ser investido em saúde vai crescer R\$ 10 bilhões”;</p> <p>“O secretário ressaltou, porém, que, a partir de 2018, os pisos para educação e saúde passam a ser corrigidos pela inflação do ano anterior”;</p> <p>“PEC do teto de gastos vai trazer benefícios imediatos, diz Tesouro”;</p> <p>“Além de recuperar o equilíbrio fiscal, a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241 terá uma outra consequência: qualificar os gastos dos governos”;</p> <p>“A secretária do Tesouro acrescentou que a medida, que coloca um limite para o crescimento dos gastos públicos, ajuda a criar melhores condições para as gerações futuras”;</p> <p>“O equilíbrio nas contas proporcionado pela aprovação da PEC representará um sinal de respeito à sociedade”;</p> <p>“ “A PEC 241 introduz no Brasil um novo regime fiscal que será capaz de recuperar o equilíbrio das contas públicas, a confiança na economia brasileira e o nosso crescimento”, explicou”;</p> <p>“Proposta prevê um piso para as duas áreas, que terão seus orçamentos reajustados com base na inflação oficial”;</p> <p>“A PEC 241 mantém obrigação do governo em investir 18% da</p>	<p>http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/10/pec-do-teto-de-gastos-vai-trazer-beneficios-imediatos-diz-tesouro</p> <p>http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/10/investimento-em-educacao-e-saude-vai-aumentar-com-pec-1</p>
--	---

	<p>arrecadação na educação. No caso da saúde, a proposta aumenta para 15% o valor mínimo de repasses já em 2017, percentual que só seria atingido em 2020 pela regra atual”;</p> <p>“ “Nesse novo regime, o Congresso fica empoderado, o Orçamento vai ser verdadeiro”;</p> <p>“ “Essa proposta é transformadora, revolucionária, para sairmos dessa crise que afeta primeiro os pobres, os assalariados, os desempregados. Essa PEC não é do teto, é a PEC da responsabilidade, do óbvio e a PEC da esperança” ”;</p> <p>“O porta-voz da Presidência também enfatizou que o orçamento equilibrado representará a garantia de recursos futuros para as políticas sociais de combate à pobreza e para a saúde e a educação. "A emenda não retira nenhum dos direitos garantidos pela Constituição e preserva os gastos justamente nas áreas de saúde e de educação", afirmou”;</p> <p>“A emenda, uma vez em vigor, irá "proteger a economia brasileira da irresponsabilidade fiscal e colocar o Brasil nos trilhos do desenvolvimento com equilíbrio”;</p> <p>“É importante sublinhar que a busca do equilíbrio das contas não é um fim em si mesmo, mas é um meio para a retomada do crescimento, para a redução das taxas de juros e para o aumento do emprego” ”.</p>	<p>http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/10/brasil-vai-se-reencontrando-com-sua-vocacao-de-prosperidade-afirma-temer</p>
11/10	<p>“A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241 determina que as despesas públicas cresçam apenas o percentual equivalente à</p>	<p>http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/10/temer-classifica-votacao-da-pec-241-como-vitoria-significativa</p>

	<p>inflação do ano anterior. A medida valerá pelos próximos 20 anos, mas em dez anos poderá ser revisada”;</p> <p>“A aprovação da PEC depende de dois turnos na Câmara dos Deputados e dois no Senado, por três quintos dos deputados (308 votos) e dos senadores (49 votos). Agora, a chamada PEC dos gastos públicos ainda precisa ser votada em segundo turno na Câmara, e depois segue para avaliação dos senadores”;</p> <p>“ “Não haverá queda de investimento na área da educação. Muito pelo contrário, crescimento”, afirmou”;</p> <p>“O texto aprovado pelos deputados estabelece um teto global para todos os gastos do governo e que, dentro deste limite geral, não há um teto pré-estabelecido para a área de educação”;</p>	<p>http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/10/educacao-tera-R-9-bilhoes-a-mais-em-2017-diz-ministro</p>
<p>Prioridades da Emenda (saúde e educação)</p>		
<p>10/10</p>	<p>“PEC que limita os gastos públicos preservará saúde e educação, diz Temer”;</p> <p>“E afirmou que as áreas sociais indispensáveis para o País serão preservadas”;</p> <p>“ “É evidente que, tal como fizemos este ano, quando formos formalizar qualquer proposta de orçamento, talvez tenhamos de tirar de obras públicas ou de alguns setores para compensar sempre saúde e educação”, explicou”;</p> <p>“Saúde e educação estão protegidas no texto da PEC 241”;</p> <p>“O secretário de</p>	<p>http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/10/pec-que-limita-os-gastos-publicos-preservara-saude-e-educacao-diz-temer</p> <p>http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/10/saude-e-educacao-estao-protegidas-no-texto-da-PEC-241</p>

	<p>Acompanhamento Econômico, Mansueto Almeida, afirma que as duas áreas são prioritárias para o governo”;</p> <p>“Almeida reforçou que, com a atual redação da PEC, as duas áreas não perderão verbas”;</p> <p>“Investimento em educação e saúde vai aumentar com PEC”;</p> <p>“Segundo o relator da matéria na Câmara dos Deputados, Darcísio Perondi (PMDB-RS), o Orçamento terá de observar um piso de investimento nessas duas áreas”.</p>	<p>http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/10/investimento-em-educacao-e-saude-vai-aumentar-com-pec-1</p>
11/10	<p>“Titular da pasta garantiu que aprovação da PEC 241 não significa diminuição dos recursos da área: “Muito pelo contrário, crescimento”, garantiu”;</p> <p>“ “A gente vai ter crescimento e investimento na área de educação, como já está previsto para 2017, uma elevação em cerca de 7%, mais de R\$ 9 bilhões para a educação. Então tudo está preservado” ”;</p> <p>“ “E, para os anos que se seguem, evidentemente que a gente vai considerar sempre a educação como prioridade máxima para o Brasil, ampliando o investimento na educação pública em nosso País”, completou”;</p>	<p>http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/10/educacao-tera-R-9-bilhoes-a-mais-em-2017-diz-ministro</p>
Agilidade para aprovação da Emenda		
10/10	<p>“Em jantar com base aliada, presidente do Senado prometeu dar agilidade à tramitação da PEC e que pretende votar proposta até o fim do ano”;</p> <p>“No encontro, os parlamentares demonstraram apoio e disposição em aprovar a proposta que cria um limite para a expansão dos gastos</p>	<p>http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/10/calheiros-diz-que-temer-reune-as-condicoes-para-tirar-brasil-da-crise</p> <p>http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/10/em-jantar-no-alvorada-deputados-demonstram-uniao-para-aprovar-pec-dos-gastos</p>

	<p>públicos”;</p> <p>“ “Vamos votar essa matéria em primeiro turno”.</p>	
11/10	<p>“Para o segundo turno da votação da PEC, a expectativa do presidente é ter uma votação semelhante. Quando a proposta chegar ao Senado, a previsão é de que a base governista também aprove o texto”.</p>	<p>http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/10/temer-classifica-votacao-da-pec-241-como-vitoria-significativa</p>
13/10	<p>“Presidente da Câmara dos Deputados afirma que a Casa tem compromisso com a aprovação de medidas para equilíbrio de contas do País”;</p> <p>“Rodrigo Maia ressaltou ainda que, se for aprovada no segundo turno, a PEC deve ser analisada pelo Senado Federal ainda neste ano”;</p>	<p>http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/10/para-rodri-go-maia-pec-do-teto-de-gastos-publicos-sera-aprovada-em-segundo-turno</p>
Emenda objetivando confiança, credibilidade e investimentos no Brasil		
10/10	<p>“Vamos fazer com que nosso País tenha credibilidade”, disse”</p> <p>“Ana Paula ponderou que estabilidade e previsibilidade para as contas públicas formam um ambiente mais favorável para a taxa de juros. “Isso estimula o investimento e a geração sustentada de emprego e renda”, disse”;</p> <p>“Ela ainda argumentou que quando há equilíbrio nas contas públicas, ocorre um aumento da confiança”.</p>	<p>http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/10/em-jantar-no-alvorada-deputados-demonstram-uniao-para-aprovar-pec-dos-gastos</p> <p>http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/10/pec-do-teto-de-gastos-vai-trazer-beneficios-imediatos-diz-tesouro</p>
11/10	<p>“ “O que acaba com recurso para educação é o Brasil quebrado. Quando o Brasil se recupera pelo equilíbrio financeiro, a gente consegue crescer. E com o crescimento a gente vai ter mais recursos para a área de educação”, afirmou”.</p>	<p>http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/10/educacao-tera-R-9-bilhoes-a-mais-em-2017-diz-ministro</p>
16/10	<p>“Já é possível verificar positiva</p>	<p>http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-</p>

	reversão de expectativas, com decidida elevação nos níveis de confiança dos agentes econômicos”, afirmou o presidente”	planalto/noticias/2016/10/temer-brasil- comeca-a-entrar-trilhos
--	--	---

Com o maior número de notícias entre todos os acontecimentos e confirmando o que as notícias do acontecimento anterior informavam, a aprovação da Emenda em segundo turno na Câmara dos Deputados trouxe notícias cada vez mais esmiuçadas no que diz respeito a primeira categoria e o apoio de diferentes políticos, principalmente dos recém eleitos, ao presidente. Em certos casos é até reconhecida a radicalidade da Proposta, mas justificada pelos erros do governo anterior. Justificar é uma ação muito frequente em vários fragmentos dos textos, como no caso em que é evidenciado o que acontecerá com o país caso a PEC – e outras reformas que virão a ser pensadas – não forem aprovadas.

Com certa regularidade, sujeitos políticos, que não são o presidente nem seu porta-voz, dão entrevistas e manifestam total apoio às pautas. Essa marca observada fez com que elencássemos-a como uma estratégia do discurso político exclusiva das notícias analisadas. Ainda é reforçado que o teto para os gastos públicos é a única saída, proposição defendida na quarta categoria, quando é apresentado um panorama dos novos investimentos quem vêm sendo pensados por estrangeiros no país.

Quadro 4 – Análise de conteúdo e acontecimento 3

Apresentação e explicação da Emenda		
Data	Recorte do texto que origina a categoria	Link
25/10	<p>“Segundo ministro da Fazenda, vigência de 20 anos da proposta garante tranquilidade e previsibilidade ao País”;</p> <p>“ “Se fizéssemos um prazo muito curto, digamos metade desse, por exemplo, no momento em que a dívida começa a se estabilizar para cair, já estaria terminado o prazo de vigência da PEC. Portanto o efeito disso na economia seria inócuo. Nós faríamos um esforço grande para morrer na praia”, disse”;</p> <p>“O ministro destacou que a PEC prevê</p>	<p>http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/10/meirelles-prazo-menor-do-teto-de-gastos-seria-inocuo</p>

	<p>um piso para as despesas com educação e saúde, que crescem com os mesmos critérios do teto de gastos. “A PEC tem todas as condições de preservação dos investimentos de saúde e educação”, frisou”;</p> <p>“Estabelece uma contenção das despesas fundamental para estabilizar a economia e retomar o crescimento”;</p> <p>“De autoria do governo federal, a PEC 241 propõe limitar as despesas primárias da União, a partir de 2017, ao que foi gasto no ano anterior, corrigido pela inflação. O objetivo é conter o aumento da despesa primária, que cresceu 6% acima da inflação entre 2008 e 2015”;</p> <p>“Por ser uma proposta que altera a Constituição Federal, a PEC do teto precisava ser votada em dois turnos na Câmara, com aprovação de pelo menos 60% dos parlamentares”;</p> <p>“Uma iniciativa que todos sabemos ser essencial para a reconstrução da economia brasileira”.</p>	<p>http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/10/prefeito-eleito-de-sao-paulo-defende-teto-para-gastos-publicos</p> <p>http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/10/camara-aprova-pec-dos-gastos-publicos-em-segundo-turno</p> <p>http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/10/para-temer-aprovacao-da-pec-241-reforca-responsabilidade-com-contas-publicas</p>
26/10	<p>"São medidas drásticas que precisam ser tomadas, e ninguém vota medida de contenção de despesa feliz. Nós não estamos felizes. Mas é necessário por tudo que foi feito ao longo dos anos do governo passado. A gente sabe, se não fosse feita essa medida, seria pior no futuro", disse”;</p> <p>“ "Estamos fazendo aquilo que é melhor para o Brasil, que é a [PEC] 241. Ela vai permitir, sim, mais investimento na educação, na saúde. Vai permitir que não se tenha que fazer [reajustes de] impostos à população” ”;</p> <p>“ “A ênfase nas responsabilidades fiscal e social é fundamento para os esforços na recuperação do emprego e do crescimento sustentável e da redução das desigualdades”, disse o porta-voz”.</p>	<p>http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/10/deputado-parabeniza-governo-por-pec-dos-gastos</p> <p>http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/10/temer-recebe-voto-de-confianca-de-prefeito-eleito-de-uberlandia</p> <p>http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/10/temer-aprovacao-expressiva-da-pec-241-e-sinal-claro-de-consenso</p>

27/10	<p>“Elas sinalizam uma questão muito importante: pela primeira vez nos últimos 20, 30 anos um governo não tenta resolver os problemas [do País] com aumento de impostos”, disse o presidente da Câmara dos Deputados”.</p>	<p>http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/10/maia-pela-1-vez-governo-nao-tenta-resolver-problemas-com-impostos</p>
31/10	<p>“Ele explicou que as medidas que o governo tem tomado, como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241, que limita a expansão dos gastos públicos, são reformas que vão garantir crescimento e emprego”;</p> <p>“De acordo com o presidente, o lema do governo é reformar para crescer. Por isso, a primeira reforma veio de dentro do próprio governo: a PEC 241, que limita os gastos públicos”;</p> <p>“ “Como nós vamos reformar a questão da segurança, como nós vamos reformar a questão da construção civil, o diálogo intenso que nós temos com a sociedade, visa exatamente isso: reformar para crescer”, afirmou”.</p>	<p>http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/10/reformas-darao-as-condicoes-para-crescimento-do-pais-diz-temer</p>
01/11	<p>“Senador Eunício Oliveira ressaltou que medida respeita cláusulas pétreas da Constituição e que contenção das despesas é essencial para retomada do crescimento”;</p> <p>“Para o relator, a medida é necessária para a retomada do crescimento. Ele ressaltou que a fixação do teto de gastos seria medida equilibrada e de menor risco”;</p> <p>“Sem reformas, a tendência do Brasil é a estagnação ou crescimento mínimo. Nesse cenário, não haverá recursos para financiar programas sociais, a inflação tenderá a aumentar, prejudicando os mais pobres, e a geração de empregos será substancialmente menor”, disse o senador em seu relatório”;</p> <p>“Teto é fundamental para o Brasil sair da crise, diz líder no Senado”;</p> <p>“Aloysio Nunes Ferreira destacou que,</p>	<p>http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/11/relator-no-senado-recomenda-aprovacao-do-teto-de-gastos</p> <p>http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/11/Teto-e-fundamental-para-o-brasil-sair-da-crise-diz-lider-no-senado</p>

	<p>ao estabelecer um limite para os gastos públicos, o governo entrará nos eixos do País”;</p> <p>“Para o líder governista, a PEC é vital para que o Brasil se recupere da crise. Nunes Ferreira acrescenta que o aumento das despesas públicas sem o crescimento de receita leva ao aumento da taxa de juros, ao endividamento crescente do governo e à retração dos investimentos”;</p> <p>“Nunes Ferreira destacou que o texto da PEC 55, que antes tramitava com o número 241/2016 na Câmara, mantém os gastos nos setores que são importantes na vida das pessoas, como saúde e educação”;</p> <p>“ "Para que a gente possa sair dessa crise, que tem como o seu aspecto mais dramático o desemprego, é muito importante que o governo comece agora a entrar nos eixos. E essa proposta de emenda constitucional é exatamente isso: o governo entrando nos eixos da realidade do País", afirmou”;</p>	
<p>Prioridades da Emenda (saúde e educação)</p>		
25/10	<p>“ “O presidente Michel Temer observa, ainda, que ao longo de todas as conversas mantidas com os deputados, deputadas e lideranças políticas, deixou sempre claro que setores essenciais como saúde e educação são e serão preservados pela PEC e por um governo que faz do investimento social responsável ponto inarredável de suas prioridades” ”.</p>	<p>http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/10/para-temer-aprovacao-da-pec-241-reforca-responsabilidade-com-contas-publicas</p>
01/11	<p>“Ele ainda afirmou que os recursos para saúde e educação estarão assegurados. E apontou que o novo regime fiscal prevê a elevação do piso em 2017 para a saúde de 13,7% da Receita Corrente Líquida (RCL) para 15%. Para a educação, também há a garantia da manutenção do piso constitucional, fixado para o próximo ano em 18% da arrecadação de impostos”;</p>	<p>http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/11/relator-no-senado-recomenda-aprovacao-do-teto-de-gastos</p>

	<p>“ “Vamos efetivamente dar prioridade à educação, à saúde, à segurança pública”, afirmou”;</p>	<p>http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/11/Teto-e-fundamental-para-o-brasil-sair-da-crise-diz-lider-no-senado</p>
<p>Emenda objetivando confiança, credibilidade e investimentos no Brasil</p>		
25/10	<p>“De acordo com Henrique Meirelles, houve aumento de confiança e valorização do real. País tem recebido mais recursos de investidores estrangeiros”;</p> <p>“O avanço no Congresso Nacional da proposta de emenda à Constituição (PEC) que cria um teto para os gastos provocou uma melhora substancial de indicadores econômicos”;</p> <p>“Como consequência, investidores começaram a desengavetar projetos e investir no Brasil”;</p> <p>“ “Há uma melhora substancial. Os índices de confiança começam a melhorar de forma impressionante e isso já se reflete em determinados indicadores”, disse Meirelles”;</p> <p>“Segundo o ministro, além da valorização do real em relação a outras moedas, o País começa a receber recursos de investidores estrangeiros com a melhora da confiança no Brasil. E isso, continua Meirelles, já se reflete em maiores condições do País criar condições de atrair investimentos e gerar empregos, criando um ciclo virtuoso de expansão do Produto Interno Bruto (PIB)”;</p> <p>“ “As empresas começam a desengavetar projetos de investimentos que estavam lá parados, tirar a poeira, atualizar, fazer seus planos para investir no Brasil”, disse”;</p> <p>“Portanto, é algo impressionante, que mostra que temos, hoje, uma confiança muito grande de que, com a aprovação da PEC, o Brasil entra numa rota de crescimento sustentável” ”;</p>	<p>http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/10/ministro-da-fazenda-aponta-melhora-em-indicadores-com-pec-dos-gastos</p>

	<p>“ “A PEC, aprovada como está, será uma mensagem da maior importância para os agentes econômicos do Brasil”, disse o ministro, reforçando que consumidores, investidores e empresários terão maior confiança nos rumos da economia com a aprovação da medida”;</p> <p>“Na visão dos aliados, a PEC vai permitir a volta do crescimento e devolver aos brasileiros os "12 milhões de empregos perdidos” ”.</p>	<p>http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/10/meirelles-prazo-menor-do-teto-de-gastos-seria-inocuo</p> <p>http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/10/base-demonstra-confianca-na-aprovacao-da-pec-do-teto-dos-gastos</p>
26/10	<p>“PEC 241 “assenta as bases” para retomada do crescimento, diz Oliveira”;</p> <p>“A aprovação em segundo turno pela Câmara dos Deputados da proposta de emenda à Constituição que estabelece o teto dos gastos públicos representa um avanço no trabalho de o País retomar o crescimento econômico”;</p> <p>“Então, ficamos extremamente satisfeitos e achamos que com esse passo nós iniciamos um grande processo de reformas que trará o crescimento de volta para o Brasil”, afirmou”;</p> <p>“A valorização das ações das principais empresas brasileiras e expectativa de um maior crescimento da economia do País nos próximos anos, para Oliveira, são exemplos dessa reação positiva”;</p> <p>“ “Então, a reação do mercado a esse evento é muito positiva e muito importante, demonstrando que o governo está restabelecendo a confiança e a credibilidade na política econômica brasileira”, afirmou”;</p> <p>“Em encontro com Temer, deputado federal Joaquim Passarinho (PSD-PA) disse que a aprovação da PEC na Câmara é uma iniciativa para o crescimento do País”;</p>	<p>http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/10/pec-241-assenta-as-bases-para-retomada-do-crescimento-diz-oliveira</p> <p>http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/10/pec-241-pode-mudar-os-rumos-da-economia-brasileira-diz-deputado-do-para</p>

Quando passou a tramitar e ser aprovada no Senado, a repercussão no período de uma semana foi menor, se comparado aos outros acontecimentos, porém seguiram as mesmas táticas, destacando-se, mais uma vez, a quarta categoria e a chance do Brasil ser um país de novos investimentos devido ao resgate da confiança que a Emenda já estava trazendo.

Quadro 5- Análise de conteúdo e acontecimento 4

Apresentação e explicação da Emenda		
Data	Recorte do texto que origina a categoria	Link
29/11	<p>“De autoria do governo federal, a PEC 55 propõe limitar as despesas primárias da União, a partir de 2017, ao que foi gasto no ano anterior, corrigido pela inflação. O objetivo é conter o aumento da despesa primária, que cresceu 6% acima da inflação entre 2008 e 2015”;</p> <p>“Antes da votação no Senado, a PEC já havia sido aprovada em dois turnos na Câmara dos Deputados. Por ser uma proposta que altera a Constituição Federal, a PEC do teto também precisa de aprovação em dois turnos no Senado Federal”;</p> <p>“Com a aprovação desta noite, a proposta deverá ser analisada em segundo turno no próximo dia 13 de dezembro”.</p>	<p>http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/11/senado-aprova-pec-do-teto-dos-gastos-em-primeiro-turno</p>
05/12	<p>“Reforma e teto de gastos são fundamentais para a economia, diz Meirelles”;</p> <p>“Mudanças visam garantir o pagamento dos benefícios no futuro”;</p> <p>“ “A aprovação da PEC dos gastos foi algo importante, crucial para o País, mas essa PEC, para ser sustentável, deverá contar com a reforma da Previdência”, defendeu.”;</p>	<p>http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/12/reforma-e-teto-de-gastos-sao-fundamentais-para-a-economia-diz-Meirelles</p>
Emenda objetivando confiança, credibilidade e investimentos no Brasil		
01/12	<p>“Aprovação do teto de gastos e PIB devem atrair investidores ao Brasil”;</p> <p>“Em entrevista ao Portal Planalto,</p>	<p>http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/12/aprovacao-do-teto-de-gastos-e-pib-devem-atrair-investidores-ao-brasil</p>

<p>estrategista afirma que investidores estão acompanhando com atenção as medidas do governo federal”;</p> <p>“Em entrevista ao Portal Planalto, a estrategista disse, no curto prazo, que os investidores estão acompanhando o tamanho do ajuste fiscal e a evolução das reformas no Congresso Nacional”;</p> <p>“De acordo com a estrategista, a aprovação da PEC em primeiro turno pelo Senado criou um impacto positivo. “O mercado vê com muito bons olhos”, disse”;</p> <p>“Na visão da estrategista, a expectativa de crescimento de 1% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2017 torna o Brasil um destino atraente para investimentos estrangeiros”;</p> <p>“Pela projeção da estrategista, a expectativa é de que o Brasil volte a crescer no médio prazo em uma medida de acordo com seu potencial, em torno de 2,5%. Mas Cherman ressalta que, com o aumento de investimentos que se projeta para o País, combinado ao ajuste fiscal e a melhora das condições econômicas, este percentual pode retornar para a casa dos 4%”;</p>	
--	--

O último bloco de notícias, que compreende os acontecimentos cinco e seis, originou matérias cada vez mais explicativas e interativas sobre o que viria a ser esse projeto, com o uso de infográficos nos finais de alguns textos. Daí em diante, as passagens sobre a PEC 241/55 passaram a conversar com textos que apresentavam outras propostas que complementariam a primeira, como é o caso da Reforma da Previdência. Vale destacar o considerável número de audiovisuais presentes nos conteúdos das matérias selecionadas de todos os acontecimentos.

Quadro 6- Análise de conteúdo e acontecimentos 5 e 6

Apresentação e explicação da Emenda

Data	Recorte do texto que origina a categoria	Link
13/12	<p>“Com a emenda em vigor, será possível reverter a trajetória de alta para o déficit primário (receitas menos despesas orçamentárias), que, este ano, baterá em R\$ 169 bilhões. Agora, as despesas da União só poderão crescer até o limite da inflação do ano imediatamente anterior. Ou seja, caso a inflação de 2016 seja de 7%, esse será o limite para o aumento de gastos públicos no ano seguinte, em 2017”;</p> <p>“A mudança na Constituição permite que, sempre que houver necessidade de se aumentar uma rubrica orçamentária, por exemplo, com educação ou saúde, será necessário cortar despesas em outra área – como pessoal ou custeio da máquina administrativa. A medida tem validade de 20 anos”;</p> <p>“Por ser uma medida que altera a Constituição Federal, eram necessários 49 votos favoráveis dos 81 senadores para que a proposta fosse referendada pelo Congresso Nacional, após ser aprovada pela Câmara e em 1º turno no Senado, por 61 votos a 14. Com a conclusão da votação dos destaques, o texto seguirá para a promulgação do Congresso”;</p> <p>“Com essa medida, será possível criar as condições necessárias para que o Brasil volte a crescer e a gerar emprego e renda”;</p> <p>“Os efeitos dessa ação, a médio e longo prazos, são favoráveis ao bolso do consumidor por criar um cenário favorável para a redução dos juros básicos (Selic), para a queda da inflação e para o avanço dos investimentos produtivos”;</p>	<p>http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/12/senado-aprova-pec-do-teto-de-gastos-em-segundo-turno</p> <p>http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/12/entenda-o-que-muda-com-o-teto-dos-gastos-publicos</p>

<p>“Na prática, o governo vai precisar de uma quantidade menor de recursos da sociedade para se financiar, ou seja, vai sobrar mais para as demandas do País e para os projetos e empreendimentos do setor privado”;</p> <p>“Com a medida em vigor, as despesas públicas poderão crescer apenas o equivalente à inflação do ano anterior, ou seja, não haverá aumento real dos gastos. Em 2017, o Orçamento será elevado em 7,2%”;</p> <p>“O texto prevê sanções caso um poder desrespeite o limite estabelecido. Como, por exemplo, ser proibido de realizar concursos públicos e de reajustar os salários de servidores”;</p> <p>“No caso da saúde, o Orçamento da área aumentará em 2017. A regra atual determina que 13,7% das receitas correntes líquidas deveriam ser aplicadas na área. Com a mudança na Constituição, o percentual de 15%, que estava previsto anteriormente para ser atingido em 2020, vira realidade no próximo ano. Assim, o valor mínimo a ser investido em saúde vai crescer em R\$ 10 bilhões”;</p> <p>“Já o gasto com educação vai seguir a regra constitucional: 18% de tudo o que o governo arrecada tem de ser aplicado na área. Nos anos seguintes, o valor mínimo a ser investido será corrigido pela inflação”;</p> <p>“As regras vão valer por 20 anos, com possibilidade de revisão em dez anos”;</p> <p>“ "que visa tirar o País da recessão"</p>	<p>http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-</p>
---	--

	<p>”;</p> <p>“Quando a emenda entrar em vigor, as despesas da União só poderão crescer até o limite da inflação do ano imediatamente anterior. Ou seja, caso a inflação de 2016 seja de 7%, esse será o limite para o aumento de gastos públicos no ano seguinte, em 2017”;</p> <p>“A medida tem validade de 20 anos e permite que sempre que houver necessidade de se aumentar uma rubrica orçamentária, por exemplo, com educação ou saúde, será necessário cortar despesas em outra área – como pessoal ou custeio da máquina administrativa”.</p>	<p>planalto/noticias/2016/12/temer-alerta-para-necessidade-da-reforma-da-previdencia</p>
15/12	<p>“Com a entrada em vigor do limite para a expansão dos gastos públicos, será possível criar as condições necessárias para o País voltar a crescer”;</p> <p>“O Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional 95, que institui o novo regime fiscal. Dessa forma, o teto para os gastos públicos passa a valer para os três Poderes da República – Executivo, Judiciário e Legislativo”;</p> <p>“Com essa medida, será possível criar as condições necessárias para que o Brasil volte a crescer e a gerar emprego e renda”;</p> <p>“As regras vão valer por 20 anos, com possibilidade de revisão em dez anos. Com esse limite para os gastos, o governo impede o avanço descontrolado das despesas públicas, inverte a trajetória de expansão da dívida”;</p> <p>“A partir de 2018, os gastos federais só poderão aumentar de acordo com a inflação acumulada conforme o Índice Nacional de</p>	<p>http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/12/congresso-nacional-promulga-emenda-do-teto-de-gastos-1</p>

	Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O órgão que desrespeitar seu teto ficará impedido de, no ano seguinte, dar aumento salarial, contratar pessoal, criar novas despesas ou conceder incentivos fiscais, no caso do Executivo”.	
Prioridades da Emenda (saúde e educação)		
13/12	<p>“A regra, no entanto, preserva os gastos mínimos com saúde e educação”</p> <p>“No entanto, a norma preserva os gastos mínimos com saúde e educação”</p>	<p>http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/12/entenda-o-que-muda-com-o-teto-dos-gastos-publicos</p> <p>http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/12/congresso-nacional-promulga-emenda-do-teto-de-gastos-1</p>
Emenda objetivando confiança, credibilidade e investimentos no Brasil		
13/12	<p>“Com esse limite para os gastos, o governo impede o avanço descontrolado das despesas públicas, inverte a trajetória de expansão da dívida, devolve a credibilidade e a confiança à economia brasileira, além de recolocar o Brasil nos trilhos do crescimento”;</p> <p>“Devolve a credibilidade e a confiança à economia brasileira, além de recolocar o Brasil nos trilhos do crescimento”.</p>	<p>http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/12/entenda-o-que-muda-com-o-teto-dos-gastos-publicos</p> <p>http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/12/congresso-nacional-promulga-emenda-do-teto-de-gastos-1</p>

No que diz respeito às estratégias do discurso político, mapeamos um total de 38 estratégias com base, principalmente, em Patrick Charaudeau (2008). Dessas 38, apenas oito se destacaram nas mais de 30 notícias analisadas segundo os critérios de seleção já apontados, entre elas palavras de promessa, enunciação elocutiva e enunciação allocutiva, raciocínio causal simples principista e raciocínio causal simples pragmático, justificação por meio de dados e índices, palavras de justificação e dramatização do discurso.

Apontamos também uma característica que não se enquadra como estratégia, mas que ganhou relevância nas notícias: as diversas vezes em que foi apontada a união do governo, seja para apoiar projetos, seja para considerar as atitudes que estão sendo tomadas como únicas e fundamentais. Outra situação que chamou nossa atenção foi o fato da estratégia comunicação de escuta, descrita como a prática do governo de estar em constante diálogo com a população, ter sido implementada de maneira inversa: não com a população, mas com os parlamentares. As ocasiões em que tal caso aconteceu foram em jantares promovidos pelo

próprio presidente ou em reuniões mais restritas. Os quadros a seguir constatarem nossas palavras.

Quadro 7- Estratégias mapeadas e acontecimento 1

Texto	Estratégia	Link da notícia
“Temer garante mais recursos para a educação e a saúde”	Palavras de promessa	http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/09/governo-amplia-investimentos-em-educacao-e-saude-diz-temer-a-o-globo
“Presidente reforça que proposta de reforma da Previdência será construída com a participação dos trabalhadores”	Enunciação alocutiva	
“A formulação da Proposta Orçamentária 2017, pelo governo federal, previu aumentos”	Governo com agilidade e visão	
“Temer garantiu que a medida não só não representará prejuízo para a educação e a saúde, como prevê mais recursos federais para as duas áreas”	Palavras de promessa	
“ “Pode examinar o Orçamento do ano que vem”	Justificação por meio de dados e índices	
“E vocês verão que nós mantivemos os gastos deste ano e ainda acrescentamos”	Palavras de promessa	
“Mas, antes de recuperar a economia propriamente dita, você tem que recuperar a confiança”	Palavras de decisão	
“ A confiança é o primeiro passo para você gerar o crescimento do País”	Enunciação alocutiva	
“Especialmente quando nós aprovamos o teto de gastos”	Crença no papel	
“O País vai crescer”	Palavras de promessa	
“Se cresce a confiança,	Raciocínio causal	

<p> cresce a arrecadação, cresce a estabilidade social”, afirmou” </p>	<p> simples principista </p>	
--	--	--

Quadro 8- Estratégias mapeadas e acontecimento 2

Texto	Estratégia	Link da notícia
<p> Calheiros diz que Temer reúne as condições para tirar Brasil da crise </p>	<p> Enunciação elocutiva/ Raciocínio causal simples pragmático </p>	<p> http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/10/calheiros-diz-que-temer-reune-as-condicoes-para-tirar-brasil-da-crise </p>
<p> Presidente do Senado prometeu dar agilidade à tramitação da PEC </p>	<p> Palavras de promessa </p>	
<p> Michel Temer, reúne as condições para guiar o Brasil na travessia para fora da crise fiscal </p>	<p> Raciocínio causal simples pragmático </p>	
<p> “É preciso enfrentar os desafios diante de nós, e o primeiro passo é a PEC do gasto. Temos de entender que precisamos fazer a transição do modelo de desenvolvimento” </p>	<p> Enunciação alocutiva </p>	
<p> E ninguém mais do que o presidente Michel Temer reúne as condições para fazer essa travessia”, argumentou </p>	<p> Raciocínio causal simples pragmático </p>	
<p> “Isso precisa ser substituído”, afirmou </p>	<p> Palavras de decisão </p>	
<p> O senador disse aos presentes que vai dar agilidade à tramitação da PEC </p>	<p> Palavras de promessa </p>	
<p> Para que todos possam pensar em um agenda ampla para o País </p>	<p> Enunciação alocutiva </p>	
<p> “Se nós não reestruturamos o gasto no Brasil, vamos ter de aumentar impostos” </p>	<p> Enunciação elocutiva </p>	
<p> Deputados demonstram união para aprovar PEC dos </p>	<p> Governo em união </p>	<p> http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/10/em-jantar-no-alvorada-deputados-demonstram-uniao- </p>

gastos		<u>para-aprovar-pec-dos-gastos</u>
Medida é determinante para reorganizar a economia	Raciocínio causal simples pragmático	
Os parlamentares demonstraram apoio e disposição em aprovar a proposta	Governo em união	
O líder do PMDB na Câmara, deputado Baleia Rossi (SP), explicou que o partido fechou a questão e todos os parlamentares votarão pela aprovação da PEC	Palavras de promessa/ Governo em união	
Mas os 66 que já confirmaram presença votarão favoravelmente”, afirmou	Palavras de promessa	
“Precisa ficar claro que não temos outra alternativa para recolocar a economia nos trilhos senão a aprovação da PEC 241, esse novo regime fiscal”	Enunciação elocutiva/ Raciocínio causal simples pragmático	
“Tenho 100% de certeza na aprovação”, afirmou	Enunciação elocutiva	
“É importante porque o governo mostra a unidade da base	Governo em união	
e isso vai ser comprovado ainda mais amanhã [segunda-feira], quando aprovarmos a PEC”, afirmou	Palavras de promessa	
Essa não é uma PEC do governo, essa é um PEC de todos nós brasileiros”, observou	Enunciação alocutiva	
E outros estarão conosco amanhã votando essa matéria importante”	Palavras de promessa/ Enunciação alocutiva	
Para o deputado	Raciocínio causal	

Pauderney Avelino (DEM-RJ), a aprovação da PEC é fundamental para o Estado brasileiro	simples pragmático	
“Vamos votar essa matéria em primeiro turno. Vamos fazer com que nosso País tenha credibilidade”, disse	Enunciação alocutiva/ Palavras de promessa	
PEC que limita os gastos públicos preservará saúde e educação, diz Temer	Palavras de promessa	http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/10/pec-que-limita-os-gastos-publicos-preservara-saude-e-educacao-diz-temer
E afirmou que as áreas sociais indispensáveis para o País serão preservadas	Palavras de promessa	
A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que cria um limite para a expansão dos gastos públicos preservará áreas sociais indispensáveis para o País, como saúde e educação	Palavras de promessa	
“Em primeiro lugar, eu registro que o teto não é para a saúde, para a educação ou para a cultura. O teto é global”, disse Temer	Raciocínio causal simples principista/ Enunciação elocutiva	
“É evidente que	Raciocínio causal simples pragmático	
O País em primeiro lugar”	Enunciação alocutiva/ Dramatização do discurso	
“Nós não governamos para uma área só da sociedade. Nós governamos para toda sociedade brasileira	Enunciação elocutiva/ Enunciação alocutiva	
Conversar, dialogar, asfaltar o caminho é uma coisa fundamental	Comunicação de escuta	

para a tese da unidade, da reunificação, da pacificação		
Saúde e educação estão protegidas no texto da PEC 241	Palavras de promessa	http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/10/saude-e-educacao-estao-protegidas-no-texto-da-PEC-241
O secretário de Acompanhamento Econômico, Mansueto Almeida, afirma que as duas áreas são prioritárias para o governo	Palavras de promessa	
A proposta que cria um limite para a expansão dos gastos públicos protege o orçamento da saúde e da educação	Raciocínio causal simples principista	
“Essas duas áreas terão tratamento prioritário”, observou	Palavras de promessa	
Com a atual redação da PEC, as duas áreas não perderão verbas	Palavras de promessa	
“Não existe teto para a saúde e para a educação, existe só um valor mínimo a ser aplicado	Raciocínio causal simples principista	
No caso da saúde, informou o secretário, o orçamento da área aumentará	Palavras de promessa	
Com a PEC, o percentual de 15%, que estava previsto anteriormente para ser atingido em 2020, vira realidade no próximo ano	Justificação por meio de dados e índices/ Palavras de promessa	
PEC do teto de gastos vai trazer benefícios imediatos, diz Tesouro	Palavra de promessa	http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/10/pec-do-teto-de-gastos-vai-trazer-beneficios-imediatos-diz-tesouro
Para a titular da Secretaria do Tesouro Nacional, aprovação	Palavras de decisão	

da emenda constitucional forçará os governos a usarem melhor seus orçamentos		
Para ela, a criação do teto de gastos trará benefícios imediatos para o Brasil.	Enunciação elocutiva	
Colocar um limite para o crescimento dos gastos públicos, ajuda a criar melhores condições para as gerações futuras	Dramatização do discurso	
O equilíbrio nas contas proporcionado pela aprovação da PEC representará um sinal de respeito à sociedade	Enunciação alocutiva	
“Quando você gasta mais do que arrecada, no caso de empresas e famílias, ao longo do tempo você empobrece. No governo é semelhante”, afirmou	Enunciação alocutiva	
“A PEC 241 introduz no Brasil um novo regime fiscal que será capaz de recuperar o equilíbrio das contas públicas, a confiança na economia brasileira e o nosso crescimento”, explicou	Raciocínio causal simples pragmático/ Enunciação elocutiva	
Investimento em educação e saúde vai aumentar com PEC	Palavras de promessa	http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/10/investimento-em-educacao-e-saude-vai-aumentar-com-pec-
Proposta prevê um piso para as duas áreas, que terão seus orçamentos reajustados com base na inflação oficial	Raciocínio causal simples principista	
A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241, que estabelece	Raciocínio causal simples principista	

um teto para gastos públicos, vai permitir o crescimento de investimentos para educação e saúde		
“Todos os outros ministérios, todos outros órgãos e poderes têm um teto: que é tudo que gastou no ano mais IPCA (inflação). Os outros poderes só podem gastar isso. (...) A saúde e educação têm um piso mínimo e, sendo um piso mínimo, podem crescer”	Raciocínio causal simples principista/ Enunciação elocutiva	
A PEC 241 mantém obrigação do governo em investir 18% da arrecadação na educação. No caso da saúde, a proposta aumenta para 15% o valor mínimo de repasses já em 2017, percentual que só seria atingido em 2020 pela regra atual	Justificação por meio de dados e índices	
“Nesse novo regime, o Congresso fica empoderado, o Orçamento vai ser verdadeiro	Dramatização do discurso	
“Essa proposta é transformadora, revolucionária, para sairmos dessa crise que afeta primeiro os pobres, os assalariados, os desempregados. Essa PEC não é do teto, é a PEC da responsabilidade, do óbvio e a PEC da esperança.”	Enunciação elocutiva/ Raciocínio causal simples pragmático	
Brasil vai se	Dramatização do	http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-

reencontrando com sua vocação de prosperidade, afirma Temer	discurso	planalto/noticias/2016/10/brasil-vai-se-reencontrando-com-sua-vocacao-de-prosperidade-afirma-temer
O presidente Michel Temer "reafirma sua confiança em que a partir do entendimento da construção de consensos e da negociação democrática o Brasil vai se reencontrando com sua vocação de prosperidade e de justiça social"	Dramatização do discurso	
Parola também destacou a "frequência extraordinária" na Câmara, em uma antevéspera de feriado, o que "é sinal claro do compromisso do Congresso Nacional com a recuperação do equilíbrio fiscal e com resgate da responsabilidade na gestão do orçamento público"	Governo em união	
"A emenda não retira nenhum dos direitos garantidos pela Constituição e preserva os gastos justamente nas áreas de saúde e de educação", afirmou	Enunciação elocutiva/ Raciocínio causal simples principista	
Parola salientou, em declaração, que a emenda, uma vez em vigor, irá "proteger a economia brasileira da irresponsabilidade fiscal e colocar o Brasil nos trilhos do desenvolvimento com equilíbrio	Enunciação elocutiva/ Dramatização do discurso	
Com base no princípio que todos entendem,	Enunciação	

que cada família segue em sua casa, de que só se pode gastar o que se arrecada	alocutiva	
É importante sublinhar que a busca do equilíbrio das contas não é um fim em si mesmo, mas é um meio para a retomada do crescimento, para a redução das taxas de juros e para o aumento do emprego".	Raciocínio causal simples principista	
Os deputados entenderam a importância do projeto”, afirmou	Governo em união	http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/10/temer-classifica-votacao-da-pec-241-como-vitoria-significativa
Ele explicou que no último domingo (9) fez um jantar no Palácio da Alvorada com a base aliada e colocou alguns especialistas para falar sobre o tema	Palavras de justificação	
“Até hoje, não perdemos nenhuma votação no Congresso	Governo em união	
“Acho que há uma consciência no Legislativo, nós falamos muito sobre isso. Há uma conscientização nesse sentido de que é fundamental	Raciocínio causal simples pragmático	
Educação terá R\$ 9 bilhões a mais em 2017, diz ministro	Palavras de promessa	http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/10/educacao-tera-R-9-bilhoes-a-mais-em-2017-diz-ministro
Titular da pasta garantiu que aprovação da PEC 241 não significa diminuição dos recursos da área: “Muito pelo contrário, crescimento”, garantiu	Palavras de promessa/ Enunciação elocutiva	
O ministro da	Palavras de	

Educação, Mendonça Filho, afirmou que o orçamento da pasta para 2017 terá um crescimento de 7%	promessa	
“A gente vai ter crescimento e investimento na área de educação, como já está previsto para 2017	Enunciação elocutiva/ Palavras de promessa	
Uma elevação em cerca de 7%, mais de R\$ 9 bilhões para a educação	Justificação por meio de dados e índices	
De acordo com o ministro, o percentual permitirá ampliação do acesso à creche, investimento nos ensinos fundamental e médio e também no ingresso ao ensino superior pelos programas ProUni e Fies	Palavras de promessa	
“E, para os anos que se seguem, evidentemente que a gente vai considerar sempre a educação como prioridade máxima para o Brasil, ampliando o investimento na educação pública em nosso País”, completou	Raciocínio causal simples pragmático/ Palavra de promessa	
Na entrevista, o ministro garantiu que a área terá mais recursos. “Não haverá queda de investimento na área da educação. Muito pelo contrário, crescimento”, afirmou	Palavras de promessa	
Mendonça Filho lembrou que o texto aprovado pelos deputados estabelece um teto global para	Raciocínio causal simples principista	

todos os gastos do governo e que, dentro deste limite geral, não há um teto pre-estabelecido para a área de educação		
“O que acaba com recurso para educação é o Brasil quebrado	Dramatização do discurso	
Presidente da Câmara dos Deputados afirma que a Casa tem compromisso com a aprovação de medidas para equilíbrio de contas do País	Palavra promessa/ Governo unido	http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/10/para-rodrigo-maia-pec-do-teto-de-gastos-publicos-sera-aprovada-em-segundo-turno
"Nossa expectativa para o segundo turno é de que a gente possa ter um resultado igual ou melhor do que o resultado do primeiro turno	Enunciação elocutiva	
Isso vai dar uma sinalização clara à sociedade que o parlamento brasileiro entende que o equilíbrio das contas públicas precisa ser a prioridade do Brasil nos próximos anos"	Enunciação alocutiva	
Temer: “Brasil começa a entrar nos trilhos”	Dramatização do discurso	http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/10/temer-brasil-comeca-a-entrar-nos-trilhos
Brasil superará a crise combinando responsabilidade fiscal e social	Palavra de promessa	
A superação da crise econômica brasileira já está em curso, com a combinação da responsabilidade fiscal com a responsabilidade social	Palavras de justificação	
“Já começamos a colher os frutos. O Brasil começa a entrar	Dramatização do discurso	

nos trilhos		
O Fundo Monetário Internacional estima o fim da recessão e a volta do crescimento do PIB brasileiro no próximo ano	Palavras de promessa	
A inflação tem cedido e, em setembro passado, tivemos o menor índice para o mês desde 1998.	Justificação por meio de dados e índices	
“Queremos uma seguridade social que elimine privilégios e possa servir a todos, no médio e no longo prazo. Queremos preservar a saúde fiscal do Estado, condição para o bem-estar de cada um dos brasileiros”, anotou	Enunciação alocutiva/ Enunciação elocutiva	
As ações no campo fiscal permitirão reequilíbrio das contas públicas	Palavras de promessa	

Quadro 9- Estratégias mapeadas e acontecimento 3

Texto	Estratégia	Link da notícia
De acordo com Henrique Meirelles, houve aumento de confiança e valorização do real. País tem recebido mais recursos de investidores estrangeiros	Palavras de justificação	http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/10/ministro-da-fazenda-aponta-melhora-em-indicadores-com-pec-dos-gastos
O avanço no Congresso Nacional da proposta de emenda à Constituição (PEC) que cria um teto para os gastos provocou uma melhora substancial de indicadores	Palavras de justificação	

econômicos		
“Há uma melhora substancial. Os índices de confiança começam a melhorar de forma impressionante e isso já se reflete em determinados indicadores”, disse Meirelles.	Palavras de justificação	
Segundo o ministro, além da valorização do real em relação a outras moedas, o País começa a receber recursos de investidores estrangeiros com a melhora da confiança no Brasil. E isso, continua Meirelles, já se reflete em maiores condições do País criar condições de atrair investimentos e gerar empregos, criando um ciclo virtuoso de expansão do Produto Interno Bruto (PIB)	Palavras de justificação	
“As empresas começam a desengavetar projetos de investimentos que estavam lá parados, tirar a poeira, atualizar, fazer seus planos para investir no Brasil”, disse	Palavras de justificação	
Portanto, é algo impressionante, que mostra que temos, hoje, uma confiança muito grande de que, com a aprovação da PEC, o Brasil entra numa rota de crescimento sustentável.”	Enunciação elocutiva/ Palavras de promessa	
Em entrevista	Palavras de	http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-

exclusiva ao Portal Planalto, ele reforçou que a vigência de 20 anos, com revisão em dez, oferece tranquilidade e previsibilidade ao País	promessa	planalto/noticias/2016/10/meirelles-prazo-menor-do-teto-de-gastos-seria-inocuo
O governo estima que a aprovação e promulgação da PEC garantirá superávit primário em 2020. A dívida, afirma o ministro, começaria a cair apenas após 2022	Palavras de promessa	
“Se fizéssemos um prazo muito curto, digamos metade desse, por exemplo, no momento em que a dívida começa a se estabilizar para cair, já estaria terminado o prazo de vigência da PEC. Portanto o efeito disso na economia seria inócuo. Nós faríamos um esforço grande para morrer na praia”, disse.	Enunciação elocutiva	
Reforçando que consumidores, investidores e empresários terão maior confiança nos rumos da economia com a aprovação da medida	Enunciação alocutiva/ Palavras de promessa	
Para Meirelles, o teto dos gastos mostrará "para o mundo todo" que o Brasil "está levando a questão fiscal a sério e que o Brasil está engajado nas reformas fundamentais para voltar a crescer”, ele disse	Enunciação elocutiva	
“A PEC tem todas as	Raciocínio causal	

condições de preservação dos investimentos de saúde e educação”, frisou	simples pragmático	
“A base está unida, a base sabe da importância da aprovação da PEC, sabe as vantagens da aprovação da PEC.”	Governo em união/ Enunciação elocutiva	http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/10/base-demonstra-confianca-na-aprovacao-da-pec-do-teto-dos-gastos
Então, eu acredito que nós teremos uma votação tranquila, e vamos aprovar essa PEC, que ela é de fundamental importância para o Brasil”, disse Arantes	Enunciação elocutiva/ Raciocínio causal simples pragmático	
“Nós temos colecionado vitórias, e essas vitórias têm sido possibilitadas graças, principalmente, a esse diálogo do presidente Michel Temer e de toda sua equipe, todos os ministros, que dialogam, que tiram dúvidas, mas que acima de tudo sabem respeitar o Parlamento”, disse	Enunciação elocutiva/ Governo em união	
“A contenção da despesa pública é fundamental para a estabilização econômica e a retomada do crescimento”, afirmou	Enunciação elocutiva	http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/10/prefeito-eleito-de-sao-paulo-defende-teto-para-gastos-publicos
Sem a retomada da economia, não é possível sustentar benefícios para a população	Raciocínio causal simples pragmático	
“Os temas de São Paulo não são temas paulistas, são temas brasileiros. E o presidente	Enunciação alocutiva	

compreendeu bastante a dimensão do que é gerir uma cidade com 12 milhões de brasileiros”, disse		
Na avaliação do presidente, o resultado reforça a convicção da sociedade em manter responsabilidade com as contas públicas	Enunciação alocutiva	http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/10/para-temer-aprovacao-da-pec-241-reforca-responsabilidade-com-contas-publicas
"Os votos obtidos refletem não apenas convencimento em torno de uma iniciativa que todos sabemos ser essencial para a reconstrução da economia brasileira	Raciocínio causal simples pragmático	
Mas também indica a existência de um consenso sólido em torno do rumo a seguir"	Governo em união	
“O Brasil que se vai desenhando a cada dia e a cada votação é um País que entende que as responsabilidades fiscal e social representam os fundamentos da recuperação do emprego, do crescimento sustentável e da construção da real prosperidade a ser partilhada com todo povo”	Enunciação elocutiva/ Dramatização do discurso	
“A responsabilidade fiscal, sublinha o presidente, é uma das formas de respeito com os impostos recolhidos dos trabalhadores e do empresário em geral, que deve ser utilizado com transparência em	Enunciação elocutiva	

benefício de todos”		
No comunicado, Temer ressaltou que o governo preservará os investimentos em saúde e educação	Palavras de promessa	
E por um governo que faz do investimento social responsável ponto inarredável de suas prioridades	Dramatização do discurso	
Em encontro, Marcelo Matos (PHS-RJ) elogiou o presidente Temer por estar "aberto ao diálogo" com os parlamentares para construir um caminho de estabilidade para o País	Comunicação de escuta	http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/10/deputado-parabeniza-governo-por-pec-dos-gastos
O presidente da República, Michel Temer, reservou esta quarta-feira (26) para conversar e ouvir as demandas de deputados	Comunicação de escuta	
"São medidas drásticas que precisam ser tomadas, e ninguém vota medida de contenção de despesa feliz. Nós não estamos felizes. Mas é necessário por tudo que foi feito ao longo dos anos do governo passado. A gente sabe, se não fosse feita essa medida, seria pior no futuro", disse	Dramatização do discurso/ Desqualificação do adversário	
Eu acho que é importante essa união dos poderes. É importante essa participação do governo junto ao Legislativo."	Governo em união	
A aprovação em	Palavras de	http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-

<p>segundo turno pela Câmara dos Deputados da proposta de emenda à Constituição que estabelece o teto dos gastos públicos representa um avanço no trabalho de o País retomar o crescimento econômico</p>	<p>justificação/ Enunciação alocutiva</p>	<p>planalto/noticias/2016/10/pec-241-assenta-as-bases-para-retomada-do-crescimento-diz-oliveira</p>
<p>“É um passo muito importante na agenda de consolidação, de estabilização da política fiscal do Brasil. Assenta as bases para nós termos a retomada do crescimento e demonstra uma colaboração muito forte do Congresso Nacional nesta agenda. Então, ficamos extremamente satisfeitos e achamos que com esse passo nós iniciamos um grande processo de reformas que trará o crescimento de volta para o Brasil”, afirmou</p>	<p>Enunciação elocutiva/ Governo em união</p>	
<p>“Então, a reação do mercado a esse evento é muito positiva e muito importante, demonstrando que o governo está restabelecendo a confiança e a credibilidade na política econômica brasileira”, afirmou</p>	<p>Crença no papel</p>	
<p>Além disso, acrescentou ser preciso impor medidas para ajustar as contas públicas diante do</p>	<p>Palavras de decisão</p>	<p>http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/10/temer-recebe-voto-de-confianca-de-prefeito-eleito-de-uberlandia</p>

cenário de redução de receitas		
Para ele, da mesma forma que ocorreu durante a implantação do Plano Real, é preciso “coragem” para mudar o Brasil	Dramatização do discurso	
"Estamos fazendo aquilo que é melhor para o Brasil, que é a [PEC] 241	Raciocínio causal simples pragmático	
Ela vai permitir, sim, mais investimento na educação, na saúde. Vai permitir que não se tenha que fazer [reajustes de] impostos à população”, disse o prefeito eleito de Uberlândia	Palavras de promessa	
PEC 241 pode mudar os rumos da economia brasileira, diz deputado do Pará	Palavras de promessa	http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/10/pec-241-pode-mudar-os-rumos-da-economia-brasileira-diz-deputado-do-para
Em encontro com Temer, deputado federal Joaquim Passarinho (PSD-PA) disse que a aprovação da PEC na Câmara é uma iniciativa para o crescimento do País	Palavras de justificção	
“Tenho certeza que se a economia responder como nós achamos que responderá, se resgatarmos parte das pessoas desempregadas neste País e a confiança do povo brasileiro, vai ter valido a pena tudo isso que estamos passando”, disse Passarinho	Enunciação elocutiva/ Enunciação alocutiva	
Temer: aprovação expressiva da PEC 241 é "sinal claro" de	Governo em união	http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/10/temer-aprovacao-expressiva-da-pec-241-e-

consenso		<u>sinal-claro-de-consenso</u>
Segundo Parola, o presidente da República está seguro que o Senado Federal faz parte deste consenso e será parceiro decisivo da aprovação, em caráter definitivo, da proposta	Governo em união	
Maia: “pela 1ª vez, governo não tenta resolver problemas com impostos”	Desqualificação do adversário	http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/10/maia-pela-1a-vez-governo-nao-tenta-resolver-problemas-com-impostos
“Estamos falando de um projeto que vai gerar milhões de empregos. É um marco para a sociedade brasileira”, reforçou	Enunciação elocutiva/ Palavras de promessa/ Dramatização do discurso	
O presidente da Câmara dos Deputados também mencionou as medidas de contenção do gasto público adotadas pelo governo Michel Temer, consideradas por Maia como essenciais para que as contas públicas retornem para um patamar de sustentabilidade	Raciocínio causal simples pragmático	
“Quanto mais nós incentivarmos o emprego, mais a arrecadação vai crescer, sem a necessidade de aumentar impostos”, acrescentou	Enunciação elocutiva	
Ele enfatizou o apoio do Congresso Nacional para aprovar medidas que ajudem o País a retornar aos trilhos do crescimento econômico	Governo em união	

“Todas as agendas que tenham apoio, apelo da sociedade, nós estaremos prontos para pautá-las”	Enunciação elocutiva/ Comunicação de escuta	
Reformas darão as condições para crescimento do País, diz Temer	Palavras de promessa	http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/10/reformas-darao-as-condicoes-para-crescimento-do-pais-diz-temer
Presidente da República disse que é preciso “cortar na carne” e fazer o governo gastar apenas aquilo que arrecada	Dramatização do discurso	
São reformas que vão garantir crescimento e emprego	Palavras de promessa	
Temer afirmou que o diálogo inaugurado pelo governo com o Congresso Nacional e com a sociedade civil é fundamental para fazer a economia voltar a crescer e a gerar empregos	Comunicação de escuta	
“Como nós vamos reformar a questão da segurança, como nós vamos reformar a questão da construção civil, o diálogo intenso que nós temos com a sociedade, visa exatamente isso: reformar para crescer”, afirmou	Enunciação elocutiva/ Comunicação de escuta	
Senador Eunício Oliveira ressaltou que medida respeita cláusulas pétreas da Constituição e que contenção das despesas é essencial para retomada do crescimento	Raciocínio causal simples pragmático	http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/11/relator-no-senado-recomenda-aprovacao-do-teto-de-gastos
“Sem reformas, a tendência do Brasil é a estagnação ou	Raciocínio causal simples pragmático/	

crescimento mínimo. Nesse cenário, não haverá recursos para financiar programas sociais, a inflação tenderá a aumentar, prejudicando os mais pobres, e a geração de empregos será substancialmente menor”, disse o senador em seu relatório	Palavras de decisão	
Ele ainda afirmou que os recursos para saúde e educação estarão assegurados	Palavras de promessa	
E apontou que o novo regime fiscal prevê a elevação do piso em 2017 para a saúde de 13,7% da Receita Corrente Líquida (RCL) para 15%	Justificação por meio de dados e índices	
Para a educação, também há a garantia da manutenção do piso constitucional, fixado para o próximo ano em 18% da arrecadação de impostos	Palavras de promessa	
Teto é fundamental para o Brasil sair da crise, diz líder no Senado	Raciocínio causal simples pragmático	http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/11/Teto-e-fundamental-para-o-brasil-sair-da-crise-diz-lider-no-senado
Aloysio Nunes Ferreira destacou que, ao estabelecer um limite para os gastos públicos, o governo entrará nos eixos do País	Palavras de promessa	
Para o líder governista, a PEC é vital para que o Brasil se recupere da crise. Nunes Ferreira acrescenta que o aumento das despesas	Raciocínio causal simples pragmático/ Palavras de justificação	

públicas sem o crescimento de receita leva ao aumento da taxa de juros, ao endividamento crescente do governo e à retração dos investimentos		
“Então, para que possamos recuperar o crescimento e o emprego no Brasil, é importante que a gente possa estancar aquilo que está na raiz dessa crise, que é a ganância imoderada do governo federal”, disse o líder	Enunciação elocutiva/ Dramatização do discurso	
“Vamos efetivamente dar prioridade à educação, à saúde, à segurança pública”, afirmou	Enunciação elocutiva/ Palavras de promessa	
"Para que a gente possa sair dessa crise, que tem como o seu aspecto mais dramático o desemprego, é muito importante que o governo comece agora a entrar nos eixos	Enunciação alocutiva	
E essa proposta de emenda constitucional é exatamente isso: o governo entrando nos eixos da realidade do País", afirmou	Raciocínio causal simples principista/ Dramatização do discurso	

Quadro 10- Estratégias mapeadas e acontecimento 4

Texto	Estratégia	Link da notícia
Aprovação do teto de gastos e PIB devem atrair investidores ao Brasil	Palavras de promessa	http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/12/aprovacao-do-teto-de-gastos-e-pib-devem-atrair-investidores-ao-brasil
A aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) do teto de gastos e a	Justificação por meio de dados e índices/ Palavras de justificação	

expectativa de crescimento de 1% do Produto Interno Bruto (PIB) geram um impacto positivo para o Brasil		
“O mercado vê com muito bons olhos”, disse	Palavras de justificção/ Dramatização do discurso	
Especialmente porque a projeção para este ano é que haja uma queda de 3,5%	Justificação por meio de dados e índices	
Nenhum outro país vai sair de uma economia tão deprimida para um pequeno crescimento que seja”, declarou.	Palavras de promessa/ Dramatização do discurso	
Reforma e teto de gastos são fundamentais para a economia, diz Meirelles	Raciocínio causal simples pragmático	http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/12/reforma-e-teto-de-gastos-sao-fundamentais-para-a-economia-diz-Meirelles
“A única maneira de sustentar isso é que todos nós brasileiros trabalhem um pouco mais. Isso é uma necessidade, não uma decisão”, afirmou	Raciocínio causal simples pragmático/ Enunciação elocutiva/ Enunciação alocutiva	
“A aprovação da PEC dos gastos foi algo importante, crucial para o País, mas essa PEC, para ser sustentável, deverá contar com a reforma da Previdência”, defendeu	Raciocínio causal simples pragmático	

Quadro 11- Estratégias mapeadas e acontecimentos 5 e 6

Texto	Estratégia	Link da notícia
Emenda à Constituição deve ser promulgada pelo Congresso Nacional na quinta-feira (15)	Palavras de promessa	http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/12/senado-aprova-pec-do-teto-de-gastos-em-segundo-turno
Com a emenda em vigor, será possível reverter a trajetória de alta para o déficit primário (receitas menos despesas	Justificação por meio de dados e índices	

<p>orçamentárias), que, este ano, baterá em R\$ 169 bilhões. Agora, as despesas da União só poderão crescer até o limite da inflação do ano imediatamente anterior. Ou seja, caso a inflação de 2016 seja de 7%, esse será o limite para o aumento de gastos públicos no ano seguinte, em 2017</p>		
<p>Em três votações, o plenário do Senado manteve a íntegra da medida</p>	Governo em união	
<p>Entenda o que muda com o teto dos gastos públicos</p>	Enunciação alocutiva	http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/12/entenda-o-que-muda-com-o-teto-dos-gastos-publicos
<p>Com essa medida, será possível criar as condições necessárias para que o Brasil volte a crescer e a gerar emprego e renda</p>	Palavras de justificação	
<p>Os efeitos dessa ação, a médio e longo prazos, são favoráveis ao bolso do consumidor</p>	Palavras de justificação	
<p>Na prática, o governo vai precisar de uma quantidade menor de recursos da sociedade para se financiar, ou seja, vai sobrar mais para as demandas do País e para os projetos e empreendimentos do setor privado</p>	Raciocínio causal simples principista/ Palavras de promessa	
<p>No caso da saúde, o Orçamento da área aumentará em 2017. A regra atual determina que 13,7% das receitas correntes líquidas deveriam ser aplicadas na área. Com a mudança na Constituição, o percentual de 15%, que</p>	Palavras de promessa/ Justificação por meio de dados e índices	

<p>estava previsto anteriormente para ser atingido em 2020, vira realidade no próximo ano. Assim, o valor mínimo a ser investido em saúde vai crescer em R\$ 10 bilhões</p>		
<p>Já o gasto com educação vai seguir a regra constitucional: 18% de tudo o que o governo arrecada tem de ser aplicado na área</p>	<p>Justificação por meio de dados e índices</p>	
<p>Com esse limite para os gastos, o governo impede o avanço descontrolado das despesas públicas, inverte a trajetória de expansão da dívida, devolve a credibilidade e a confiança à economia brasileira, além de recolocar o Brasil nos trilhos do crescimento</p>	<p>Palavras de promessa/ Dramatização do discurso</p>	
<p>Ou seja, caso a inflação de 2016 seja de 7%, esse será o limite para o aumento de gastos públicos no ano seguinte, em 2017</p>	<p>Justificação por meio de dados e índices</p>	<p>http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/12/temer-alerta-para-necessidade-da-reforma-da-previdencia</p>
<p>Com a entrada em vigor do limite para a expansão dos gastos públicos, será possível criar as condições necessárias para o País voltar a crescer</p>	<p>Palavras de promessa/ Dramatização do discurso</p>	<p>http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/12/congresso-nacional-promulga-emenda-do-teto-de-gastos-1</p>
<p>Com esse limite para os gastos, o governo impede o avanço descontrolado das despesas públicas, inverte a trajetória de expansão da dívida, devolve a credibilidade e a confiança à economia brasileira, além de recolocar o Brasil nos trilhos do crescimento</p>	<p>Palavras de justificação</p>	

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou responder a seguinte questão: quais são as estratégias do discurso político acionadas nas notícias do site do Palácio do Planalto sobre a PEC 241/55? Devido a toda expectativa criada pelo governo em cima dessa, que viria ser a única solução para tirar o país do período de crise que está, foi preciso o uso excessivo em seus discursos de palavras de promessa, enunciação elocutiva e alocutiva, raciocínio causal simples principista e raciocínio causal simples pragmático, justificação por meio de dados e índices, palavras de justificação e dramatização do discurso. Duas outras estratégias, que não faziam parte das referências lidas também se destacaram na análise das notícias: a primeira delas, a união do governo diante da nova proposta e a segunda, na contramão do seu sentido real, comunicação de escuta, já que ao invés de ser com o povo, a comunicação ocorreu de político para político.

Com o objetivo geral de “analisar as estratégias do discurso político dispostas no site do Palácio do Planalto referente à PEC 241/55”, concluímos que em quase todas as notícias o governo “bateu na tecla” dos benefícios que a Emenda traria, como por exemplo mais investimentos na saúde e na educação, e que ela cumpriria com seu propósito - tirar o país da crise -, conclusão representada pelas palavras de promessa, estratégia que apareceu no maior número de vezes.

Em relação ao primeiro objetivo específico, “mapear as notícias sobre a PEC 241/55 no site do Palácio do Planalto segundo critérios pré-estabelecidos”, finalizamos a busca com 38 estratégias conceituadas e seis acontecimentos que nortearam nossa seleção das notícias: 1) anúncio da Emenda: uma semana após entrada de Temer na presidência; 2) aprovação em primeiro turno na Câmara dos Deputados; 3) aprovação em segundo turno na Câmara dos Deputados; 4) aprovação em primeiro turno no Senado; 5) aprovação em segundo turno no Senado e 6) promulgação no Congresso Nacional. O número desproporcional de notícias por acontecimento também tem o que nos dizer: entendemos que o assunto é intensificado nos dias que antecedem as votações e principalmente quando essas votações ocorreram na casa dos Deputados. Nesse período, convicção e apoio resumem os conteúdos.

O segundo objetivo específico, “identificar as estratégias encontradas no período da entrada de Michel Temer na presidência até a promulgação da Emenda”, trouxe-nos oito estratégias se sobressaindo diante das outras 30. Acreditamos que o fato de algumas estratégias não aparecerem ou aparecerem pouco também se configura como uma estratégia política.

O terceiro e último objetivo específico, “propor uma reflexão acerca do conceito de Comunicação Governamental e do papel do profissional de Relações Públicas na construção dessas estratégias”, foi respondido no capítulo 2 e no início dessa consideração.

A palavra dada pelos representantes do governo, como forma de apoio ao presidente e de dar aos discursos um caráter de oficialidade, foi simbolizada por meio de enunciação elocutiva. A busca pelo apoio do coletivo veio por meio da enunciação alocutiva, quando noticiado que a população quem sairia ganhando com a PEC. Em contraponto a isso, observamos uma comunicação de escuta sendo feita não com o povo, no seu real sentido, mas com os “da casa”, afinal é eles quem decidem o que é ou não aprovado. Para ser justificada, não foram economizados dados e índices que apresentassem o novo saldo positivo que as contas públicas passariam a ter. Essa justificação ocorreu por meio de expressões e números. A estratégia de raciocínio causal simples pragmático corresponde a todos os recortes que diziam que essa era a única saída para o Brasil e que Temer era o único a conseguir isso. Por último, raciocínio causal simples principista correspondeu a todos os trechos das notícias em que a Emenda era explicada de maneira que fosse bem aceita e entendida.

Não há organização ou projeto que sobreviva sem comunicação, mais especificamente sem pensá-la segundo o espaço-tempo na qual está inserida. As organizações públicas, em especial, precisam atender demandas específicas para promoverem uma política de comunicação transparente e que seja capaz de informar para construir a cidadania. As considerações feitas a seguir dão conta, dentre outras coisas, de articular o papel do Relações Públicas na temática desenvolvida com os resultados encontrados.

Fala-se muito nos desafios enfrentados pela Comunicação Governamental devido a crise de credibilidade junto à opinião pública que os governos vivem, resultado da ausência de uma comunicação transparente, que informe para o interesse público, que preste contas da utilização do dinheiro e que ainda esclareça os escândalos. Esses são alguns dos pilares que sustentam a comunicação fabricada pelo governo.

Especialistas da área apontam para uma negação cada vez maior da política feita pela própria política, negação essa que também é discursiva. Por conta disso, os espaços de ação política passam a ganhar outros nomes, como uma tentativa de mascarar o que ninguém mais acredita. Porém, o que não muda são os objetivos: demonstrar confiança, ganhar votos, chegar ao poder.

Nesse contexto, entendemos a relevância da presença de profissionais de comunicação devidamente habilitados para o gerenciamento do diálogo entre governo e sociedade, sendo capazes de arquitetar ações e discursos estratégicos e adequados a cada situação e meio.

Porque possui em sua formação as técnicas de comunicação integrada, gerenciamento de crises e de imagem, além de sempre ser instruído a compreender a filosofia organizacional, para assim pensar de maneira estratégica e compatível com a realidade, o Relações Públicas torna-se o profissional mais apto para estar na gerência da comunicação governamental. Porém, muitas limitações são enfrentadas devido a comunicação ainda não receber a importância que merece, em alguns contextos.

O seu caráter de gestor político é o que lhe faz estar lado a lado com a administração, mais um quesito que justifica a sua importância. Por não se reduzir a meras atividades de divulgação e por ter a definição de seu público como primeiro passo em seu planejamento, o RP tem as sacadas necessárias para atuar junto aos governos.

Os desafios nesse ramo de atuação, porém, não param por aí. Devemos lembrar que a Comunicação Governamental é a que mais que se encaixa como exemplo para o conceito de campanha permanente, apresentado em nosso primeiro capítulo. Como próprio nome indica, é a construção de estratégias políticas duráveis, que vão além do período eleitoral. Informar para a construção da cidadania e do interesse público, objetivos da Comunicação Governamental, são atos intrínsecos aos Governos e que vem de encontro a essa noção.

Isso acaba por fortalecer vínculos e permite que os candidatos vivam na memória dos eleitores. A comunicação online, por permitir a propagação de conteúdos de maneira ininterrupta, é o mecanismo mais adequado para o alcance desse objetivo.

Fica como sugestão para os profissionais que coordenam a comunicação entre o Governo (em todos os níveis) e a sociedade a tarefa de pensar maneiras de traduzir essa Comunicação Governamental para ela, sempre tendo em vista que comunicar para o povo é comunicar prestando contas dos atos e do uso do dinheiro público, resumidamente entendido como *accountability*.

Por conta disso, discursar politicamente acaba também tornando-se um desafio visto que ao mesmo tempo que precisa ser estratégico, também deve incorporar os objetivos já citados.

A partir das reflexões aqui propostas, acreditamos na contribuição do trabalho feito para o campo da Comunicação Governamental e para o pensar da profissão de Relações Públicas, com todos os diferenciais que lhe cabem. Ressaltamos a vontade de gerar estudos futuros, identificando as estratégias dispostas em outras plataformas, como o Facebook, ou ainda, a imagem percebida do governo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDR, Hannah. In: ANDRADE, José Rogério de Pinho. **O que é Política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 21 a 85. Disponível em: <<http://jrparoge.blogspot.com.br/2012/09/o-que-e-politica-hannah-arendt.html>>.

BALDISSERA, Rudimar. **Significação e Comunicação na Construção da Imagem-Conceito**. Revista Fronteiras- Estudos Midiáticos, 2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Editora Edições, 2011.

BERGER, Christa; TAVARES, Frederico. **Tipologias do Acontecimento Jornalístico**. 7º Encontro Nacional de Pesquisadores de Jornalismo. São Paulo, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand: 1998.

BRASIL. Lei de Acesso à Informação: Lei nº 12.527/ 2011. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>.

_____. Proposta de Emenda Constitucional. PEC nº 241/2016. Disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1468431&filena me=PEC+241/2016>.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público**. São Paulo: Atlas, 2009.

EMEDIATO, Wander; MACHADO, Ida Lúcia; MENEZES, William. **Análise do Discurso: Gêneros, Comunicação e Sociedade**. Belo Horizonte: Biblioteca Universitária- UFMG: 2006.

FILHO, Pedro Aquino Noletto. **A Imagem Pública do Congresso: Uma análise político-midiática**. Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2009.

FONSECA, W. C. Análise de conteúdo. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

FRANÇA, Vera. **O Acontecimento e a Mídia**. São Paulo: Galáxia: 2012.

HERSCOVITZ, Heloisa. Análise de Conteúdo em Jornalismo. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia. **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

IASULAITIS, S. **Dos Comícios à Internet: a Miatização das Campanhas Eleitorais e a Comunicação Eleitoral em Perspectiva Histórica**. In: ALICE, Associação Latina Americana de Investigadores em Campanhas Electorales, Belo Horizonte, 2015.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling (Org.). **Comunicação Pública, Sociedade e cidadania**. São Paulo: Difusão, 2011.

LANÇA, Isabel Babo. **A Constituição do Sentido do Acontecimento na Experiência Pública**. Universidade Lusíada, 2005.

MARTINS, Thamiris Franco. **A Construção da Imagem de Dilma Rousseff (PT) na Esfera Midiática: dissonâncias e convergências narrativas entre a presidente e a candidata à reeleição**. Juíz de Fora, 2016.

MAXIMIANO, Antonio Cesar A. **Introdução a Administração**. São Paulo: Atlas, 1992.

QUÉRÉ, Louis. **Entre o Facto e Sentido: A Dualidade do Acontecimento**. Centro Nacional de Investigação Científica e Escola de Altos Estudos de Ciências Sociais de Paris, 2005.

QUEVEDO, Josemari de; WEBER, Maria Helena. **Limites da Accountability e da Comunicação Pública**. Rio de Janeiro, 2010.

PINTO, Célia Regina. **Elementos para uma Análise do Discurso Político**. UFRGS: 2008.

REBELO, José. **Prolegómenos à Narrativa Mediática do Acontecimento**. Revista Científica de Información y Comunicación- Universidade de Sevilha: 2006.

SILVA, Fernando Wisse Oliveira. **Personalização da Representação Política: Um Estudo Sobre as Estratégias de Comunicação dos Deputados Marco Feliciano e Jean Wyllys no Twitter**. Universidade Federal do Ceará, 2015.

TORQUATO, Gaudêncio. **Tratado de comunicação organizacional e política**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

TUPYNAMBÁ, Geraldo Cordeiro. **O Discurso Político**. Cadernos de Linguagem e Sociedade, 2009.

WEBER, Maria Helena. **Comunicação e Espetáculos da Política**. Porto Alegre: Editora da Universidade - UFRGS, 2000.

WILSON, Bueno da Costa (Org.). **Estratégias de Comunicação nas Mídias Sociais**. Barueri, SP: Manole, 2015.